

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O PROGRAMA DE PESQUISA NEOCLÁSSICO, ENTRE O
DEMÔNIO DE LAPLACE E A COMPLEXIDADE: SUBSÍDIOS PARA
UMA CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA**

DANIEL RAMOS OCCHIENA

matrícula nº: 112029566

ORIENTADOR (A): Prof^a. Angela Ganem

JULHO, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O PROGRAMA DE PESQUISA NEOCLÁSSICO, ENTRE O
DEMÔNIO DE LAPLACE E A COMPLEXIDADE: SUBSÍDIOS PARA
UMA CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA**

DANIEL RAMOS OCCHIENA

matrícula nº: 112029566

ORIENTADOR (A): Prof^a. Angela Ganem

JULHO, 2017

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

*Este trabalho é dedicado a todos e todas que puderem servir-se dele de alguma
maneira.*

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros votos de mais sincera gratidão vão aos amigos e amigas que me acolheram no Rio de Janeiro, dentro ou fora do Instituto de Economia. Citar nomes seria uma indelicadeza. São muita gente que, em diversos momentos, às vezes sem saber, acreditaram nas minhas capacidades mais do que eu mesmo. Falo não somente daquelas necessárias aos afazeres da vida universitária. Enfim, por todo o aprendizado e pela vivência de genuínos contentamentos e tantos outros bons afetos, estes que nos potencializam, obrigado.

Em segundo lugar, agradeço a todos os meus professores, de novo, não somente os do Instituto de Economia. São muitos os que me inspiraram, já desde o Colégio, quanto à importância da aquisição de conhecimento e quanto ao papel transformador de uma educação libertadora. Devo muito de minha formação e de meus interesses ao ofício destas pessoas tão especiais.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, professora Angela Ganem, pelas boas conversas e também por tão pacientemente não ter deixado de confiar em mim ao longo da feitura deste trabalho. Foi ela também quem, muito gentilmente, forneceu-me de seu próprio acervo grande parte da bibliografia utilizada, textos memoráveis dentre os quais alguns que me apresentaram novos lugares, novas abordagens, novos conceitos, e que, assim, marcaram um ponto de inflexão na minha formação.

Por fim, mas não menos importante, minha franca gratidão a meus pais, Eros e Maria Ângela. Foram eles que, ao conceber a minha educação e instrução como um projeto, permitiram que eu estivesse sempre próximo dos bons estímulos que instigassem a construção do conhecimento e o encantamento pelo mundo... Se eu faço jus a este projeto, não é possível dizer. Ainda assim, muito obrigado.

RESUMO

OCCHIENA, D. R. **O Programa de Pesquisa Neoclássico, entre o Demônio de Laplace e a Complexidade: subsídios para uma crítica epistemológica.** Rio de Janeiro, 2017. 59 f. Tese (Graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O intuito maior deste trabalho é fornecer uma bibliografia por meio da qual seja possível construir uma história epistemológica do Programa de Pesquisa Neoclássico em Economia. Assim, procura-se inserir as suas origens, a Revolução Marginalista, no contexto de surgimento do Projeto Científico Moderno, no propósito de demonstrar o enraizamento dos primeiros neoclássicos no solo da chamada *episteme* Moderna. Para tanto, faz-se uma breve colagem a partir das contribuições de eminentes intérpretes do período em questão, notadamente Foucault, Japiassu, Arendt, Prigogine e Stengers. Após a descrição contextualizada da Revolução Marginalista, delimita-se o Programa de Pesquisa Neoclássico-hegemônico entre os economistas- a partir dos conceitos de Lakatos, de modo a enfatizar o instrumentalismo positivo contido neste programa. Ao fim, realiza-se uma breve exposição de algumas problemáticas epistemológicas decorrentes disto, e faz-se apontamentos que ilustrem a necessidade de uma outra epistemologia em Economia.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Pesquisa Neoclássico, Revolução Científica Moderna, Positivismo, História Epistemológica, Epistemologia

ÍNDICE

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| CAPÍTULO I- MÉTODO E HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO..... | 12 |
| 1.1- POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS: O DEABTE CONSAGRADO..... | 12 |
| 1.2- O ENTENDIMENTO “HARD SCIENCE” EM ECONOMIA..... | 16 |
| 1.3- A ESCOLHA DE UM MÉTODO..... | 18 |
| CAPÍTULO II- A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA MODERNA..... | 21 |
| 2.1- CONCEITUAÇÃO E DESCRIÇÃO GERAL..... | 21 |
| 2.2- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA..... | 28 |
| 2.3- O CONTEÚDO MÍTICO NA CIÊNCIA MODERNA..... | 31 |
| CAPÍTULO III- A TEORIA DO EQUILÍBRIO GERAL E O NÚCLEO RÍGIDO DO PROGRAMA DE PESQUISA NEOCLÁSSICO..... | 34 |
| 3.1- A REVOLUÇÃO MARGINALISTA: ASPECTOS GERAIS..... | 34 |
| 3.2- A ABORDAGEM SUBJETIVISTA EM TEORIA DO VALOR..... | 39 |
| 3.3- NÚCLEO RÍGIDO, “SEMI-NÚCLEO” E HEURÍSTICA..... | 42 |
| 3.4- A METODOLOGIA DA ECONOMIA POSITIVA..... | 47 |
| CAPÍTULO IV- PROBLEMÁTICAS E APONTAMENTOS POR UMA OUTRA EPISTEMOLOGIA..... | 49 |
| 4.1- RACIONALIDADE INSTRUMENTAL E PODER..... | 49 |
| 4.2- O DEMÔNIO DE LAPLACE E A HEURÍSTICA DA CLARIVIDÊNCIA..... | 52 |
| CONCLUSÃO..... | 56 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 58 |

INTRODUÇÃO

A preocupação maior do presente texto consiste em realizar uma colagem bibliográfica a partir da qual se possa construir uma História Epistemológica do Programa de Pesquisa Neoclássico em Economia. Em sendo este programa de pesquisa aquele com mais adeptos no meio dos economistas, esta iniciativa torna-se relevante, mais do que para reconstruir o passado pelo passado, mas para tecer-se uma avaliação valorativa do entendimento deste grupo de cientistas acerca da constituição de seu objeto de estudo e, assim, do próprio empreendimento científico. Deste modo, o texto também apresentará, em perspectiva crítica, as problemáticas e implicações dos fundamentos epistemológicos e dos critérios de cientificidade deste programa de pesquisa sobre o meio científico, e procurará fornecer apontamentos por uma outra Epistemologia.

O texto pode ser compreendido, pois, em duas partes, sendo a primeira composta pelos capítulos um, dois e três. O esforço nela empreendido consiste em determinar as origens do pensamento neoclássico, de forma a encampá-lo no contexto de triunfo da Racionalidade Moderna. A parte dois, mais breve, da qual o capítulo quatro é o único integrante, apresenta críticas à epistemologia subjacente ao Programa de Pesquisa Neoclássico, e fornece os subsídios por meio dos quais um outro traçado epistemológico possa ser trilhado, sem, no entanto, oferecer uma alternativa já perfeitamente circunscrita.

O primeiro capítulo apresentará os termos mais gerais do debate acerca da metodologia em História das ideias. Entende-se que as abordagens historiográficas, tão diferentes entre tantos autores consagrados, estabelecem um elo íntimo com determinadas filiações epistemológicas. Faz-se necessário, então, justificar a escolha de uma delas e, por conseguinte, delimitar um campo metodológico. Apresentar-se-á, então, a controvérsia consagrada entre os epistemólogos franceses, fundada em torno do debate entre a concepção “internalista” e a concepção “externalista” da história do pensamento. Em seguida, procura-se mostrar como uma delas, a “internalista”, coaduna-se com a chamada visão “hard science” da economia como saber científico. Segue-se de modo a demarcar o teor geral de um método

historiográfico, um que, como proposto no fim do capítulo, negue a perspectiva internalista em História do Pensamento.

O segundo capítulo é dedicado à criação da Ciência Moderna. No sentido de que ela, um produto da criatividade humana, fez nascer uma nova forma de empreendimento científico, uma cujo vigor mantém-se na Ciência Econômica. Faz-se, então, uma descrição geral da Revolução Científica Moderna, a partir de alguns de seus notórios intérpretes, ao definir-se o corte epistemológico que se irrompeu, de modo a configurar novos eixos e fundamentos da Ciência. Seguido a isto, descreve-se o contexto histórico no qual esta revolução se deu, e aponta-se como ela permitiu a conciliação entre os termos da Ciência e os da Igreja, apesar de procurar livrar do conhecimento científico todo discurso de ordem mítica ou metafísica.

No capítulo seguinte, caracteriza-se o Programa de Pesquisa Neoclássico a partir da inserção dos autores marginalistas no projeto Moderno de ciência. As duas primeiras partes deste capítulo concentram-se na descrição da Revolução Marginalista e de suas consequências nos rumos da Economia, tanto no que diz respeito à nova cientificidade que se fez valer, como no que concerne aos novos tópicos que passaram a compor o rol de preocupações da comunidade científica. Apresenta-se, também, brevemente, então, a contribuição dos autores marginalistas à teoria do valor. Por último, realiza-se, a partir dos conceitos de Lakatos, uma descrição dos elementos do programa de pesquisa em questão, bem como das regras de conduta dos economistas filiados a ele. Há também uma pequena parte que descreve resumidamente as principais proposições de Friedman em seu célebre artigo de 1953, “A Metodologia da Economia Positiva”, que, em meio a um debate acalorado nos anos de glória do keynesianismo, tratou de reafirmar a razão positiva na Ciência Econômica.

O último capítulo é destinado, como sugestivamente aponta o nome, às problemáticas desencadeadas pela epistemologia subjacente ao Programa de Pesquisa Neoclássico. Este último movimento do texto é dividido em duas partes, cada uma focalizada numa problemática diferente. A primeira delas diz respeito à relação entre a racionalidade instrumental e o poder. Entende-se que a partir dela são criadas não somente formas materiais de dominação dos homens, mas também maneiras de blindar, no meio científico, o Programa de Pesquisa Neoclássico de toda crítica que lhe é exterior, ao evocar-se um princípio de

cientificidade tido como neutro e desinteressado, respeitoso às “leis naturais” humanas. A segunda parte concerne ao que se pode chamar “Heurística da Clarividência” entre os economistas: a tentativa de dar vida ao Demônio de Laplace. A partir destas duas problemáticas, far-se-ão apontamentos que jogam luz sobre a necessidade de uma outra epistemologia. As problemáticas expostas ignoram a condição da vida social enquanto pura possibilidade, criação de um homem que a transforma constantemente. Já se avisa, de antemão, no entanto, que não é a intenção do autor propor uma outra epistemologia já entrincheirada. Isto está bastante além de sua capacidade.

CAPÍTULO I- MÉTODO E HISTORIOGRAFIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

“O mítico respeito científico dos povos pelo dado, que eles, no entanto, estão continuamente a criar, acaba por se tornar ele próprio um fato positivo, a fortaleza diante da qual a imaginação revolucionária se envergonha de si mesma como utopismo e degenera numa confiança dócil na tendência objetiva da história.”, Theodor Adorno & Max Horkheimer

1.1-POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS: O DEABTE CONSAGRADO

À perspectiva de um sujeito desavisado, a intuição pode erroneamente sugerir que se trata, a historiografia do pensamento econômico, de mera sobreposição desinteressada de ideias alocadas cronologicamente, matéria dura acerca da qual não haja outro acordo senão um sobre a sua homogeneidade categórica e inflexível. Trata-se, no entanto, de um empreendimento bastante mais complexo, cuja gama de resultados está distante de qualquer uniformidade e consenso. A preocupação primeira deste capítulo será, então, a de explicitar em quais aspectos se traduz essa diversidade, decorrente de metodologias historiográficas distintas que implicam cada qual numa seletividade específica de seu conteúdo. Ver-se-á que esta disputa metodológica decorre, por sua vez, de distintas filiações no âmbito da Filosofia da Ciência; particularmente, de diferentes noções acerca do que seja o próprio saber científico e, conseqüentemente, o “fazer-Ciência”.

Em se tratando de capítulos historiográficos, os próximos deste texto, este aqui deve ser lido como uma espécie de consideração preambular. O autor sente a sua necessidade justamente em virtude do quão difusa possa ser a historiografia do pensamento econômico. Aquela descrita nos próximos capítulos não é, pois, isenta de uma determinada filiação. A exposição das diferentes abordagens aqui permitirá, de maneira geral, delimitar um método historiográfico, bem como justificar a sua escolha sobre outros. Conforme se proporá, esta escolha não seria apenas a mais compatível com a natureza de uma ciência social, mas também a única adequada aos propósitos deste trabalho.

A delimitação de um método historiográfico, conforme aponta Fonseca (1996), passa por três dicotomias fundamentais, as quais denominou “opções metodológicas” com que se

depara um autor em toda “reconstrução do passado”. A primeira delas se constitui em torno de um debate antigo, já bastante destacado pelos epistemólogos franceses. Trata-se da oposição “*internalismo x externalismo*”, que ganhou destaque no debate epistemológico a partir dos termos de Canguilhem. Como bem resumiu Japiassu:

No dizer de G. Canguilhem, o externalismo deve ser concebido como um modo de conceber e escrever a história das ciências, condicionando os chamados “acontecimentos científicos” às suas relações com os interesses sociais, ideológicos, filosóficos e econômicos, vale dizer, com as exigências e as práticas técnicas, com as ideologias religiosas, políticas e culturais. Trata-se no fundo de um “marxismo enfraquecido” ou empobrecido. Quanto ao internalismo, quase sempre acusado de idealismo pela primeira corrente, consiste em conceber e escrever a história das ciências a partir de um ponto de vista interior à própria obra científica, e sem extrapolar as fronteiras do saber científico, salvaguardadas por protocolos metodológicos de estrita segurança objetiva. O que se deve analisar são as *démarches* internas da ciência, mediante as quais ela procura satisfazer suas normas específicas, se é que pretende definir-se realmente como ciência, e não como simples técnica ou mera ideologia. (JAPIASSU, 1985, p.88)

Esta dicotomia fundamenta-se, então, a partir de diferentes concepções acerca da relação do empreendimento científico com o seu próprio meio, bem como com o seu entorno social. O seu primeiro polo, o internalismo, entende o “fazer-Ciência”, conforme bem resumiu a expressão de Koyré (1961 *apud* JAPIASSU, 1985), como um “*itinerarum mentis in veritatem*” (um “itinerário da mente pela verdade”). Isto significa que para um autor internalista a ciência é uma matéria pura e desinteressada, cujo desenvolvimento deve ser compreendido a partir de desdobramentos internos a ela; ou seja, a roda motriz da história das ideias científicas são controvérsias e problemáticas que derivam exclusivamente das tensões insurgentes da evolução do próprio projeto de pesquisa científico. Quanto à teoria, por sua vez, diz-se que é compromissada com a objetividade e com um método estrito, acordado como “racional”. Os internalistas, no entanto, não concebem a racionalidade como um “acordo”, ou seja, como um construto socialmente determinado, embebido nas relações de poder, mas como um dado neutro, isento, “natural” posto que resulta “necessariamente das leis do pensamento” (MYRDAL, 1984), de sorte que ela se constitua como o parâmetro irrevogável e implacável de cientificidade. Este ponto fornece aos internalistas o argumento para o mito da neutralidade científica, bastante evocado, muitas vezes subliminarmente, diga-se de passagem, pelos economistas de matriz neoclássica. A problemática ao redor deste discurso, no entanto, será analisada mais adiante, noutro capítulo.

Deste modo, a historiografia internalista traduzir-se-á fundamentalmente como uma história das técnicas, sendo as teorias o terreno que, se bem cultivado, permitirá florescer este objeto elementar do qual se poderá tirar algum proveito. Quanto a ele, tem-se que a adequação ou não das técnicas às descobertas e controvérsias novas, as quais se desenrolam mediante a sua própria aplicação, indicará os parâmetros que permitem avaliar o porquê da manutenção ou não do vigor da teoria. Assim, as tensões que surgem a partir da limitação insurgente da aplicação das técnicas serão a matéria a partir da qual será construída o encadeamento das descontinuidades teóricas, bem como a partir da qual será costurada a coesão da historiografia.

De encontro à abordagem apresentada, situa-se no, outro polo do espectro metodológico geral historiográfico, o externalismo. Esta escolha metodológica desenvolve-se a partir de um outro entendimento em termos de epistemologia: o da não-neutralidade do saber. Isto significa, de modo geral, que para esta concepção o âmbito histórico-contextual dos discursos deva ser resgatado na análise historiográfica. Para um externalista, então, o discurso e, por consequência, o saber e o saber científico, são entendidos como práticas sociais, assim como a própria Ciência. Desta maneira, uma acertada historiografia do pensamento passaria por localizar as ideias em sua historicidade, já que seria ela o que daria a tônica para o “fazer-Ciência”. Conforme assinala Japiassu, esta concepção consiste em “mostrar as etapas da racionalidade científica **em condições de determinações** sócio-culturais” (JAPIASSU, 1985, p.111, grifo do autor). Em outros termos, as questões e os problemas em torno dos quais as teorias se debruçam são determinadas, não pelas pressões decorrentes do próprio empreendimento científico, mas pelos desígnios e projetos sociais capazes de se impor frente a outros, e por isto certamente se imbricam as relações de poder.

Admitindo-se em maior ou menor grau este último fator, é certo que um externalista direciona a sua análise para o “contexto prático, os problemas concretos e urgentes”, (FONSECA, 1996) no qual surgiram as ideias a serem tratadas. Fonseca, no entanto, não faz menção a como as organizações de poder determinam o contexto prático. Ainda assim, o ponto principal aqui é que as tensões que determinarão as descontinuidades teóricas decorrem, não da dinâmica interna da Ciência e da aplicação das técnicas, mas de fatores sociais. Por conseguinte, a historiografia externalista aponta não somente os problemas práticos de uma determinada situação histórico-político-social, mas também os acontecimentos e conflitos que

levaram a eles, além das redes de influência intelectual nas quais estão imersas as ideias, o que se traduz, em parte, por um notável interesse na interdisciplinaridade; isto é, parte-se do princípio que nenhum saber se origina em si mesmo, mas da confrontação, numa teia de outros saberes, de questões que delimitará um novo traçado, um novo campo, um novo lugar, no qual se alocará o conhecimento. Resumidamente, a preocupação maior externalista é a de explicar socialmente, em maior ou menor grau de detalhamento, a gênese de todo discurso, seja ele até mesmo um *a priori* teórico.

Exposto o debate fundado em torno do internalismo e do externalismo em História das ideias, expor-se-á as outras duas dicotomias metodológicas mencionadas por Fonseca (1996), “*relativismo x absolutismo*” e “*antiquarismo x anacronismo*”, como implicações lógicas daquela fundamental, tratada até aqui. Vale mencionar que esta relação, todavia, não é proposta por Fonseca. A ideia é que, caso opte por uma análise internalista, o historiador terá ao mesmo tempo delimitado uma escolha para cada uma das outras dicotomias. O mesmo, porém, não se passa com uma escolha externalista, conforme se proporá na exposição da terceira dicotomia.

Uma vez tomado o rumo internalista, fica implícita a adesão à ideia de “progresso científico” inequívoco. Esta concepção, que já é questionada no âmbito das Ciências Naturais, as chamadas “duras”, gera ainda maior dubiedade no das Ciências Sociais. Na perspectiva externalista, admite-se que as teorias e técnicas propõem-se a responder problemas socialmente determinados, do que implica que teorias muito diferentes e muito distantes cronologicamente dispõem sobre alvos também diferentes, o que impede, assim, de estabelecer-se uma hierarquia das ideias para um saber. Os internalistas, ao contrário são adeptos de um positivismo que, ao considerar a evolução das técnicas, trata das discontinuidades como um refinamento neutro que faz superar por completo a “velha abordagem”, e que nega qualquer grau de relativismo. Este aspecto seria garantido pela rigidez das “propriedades formais” da técnica. Sobre a pretensão de Schumpeter em sua célebre “História da Análise Econômica”, comenta, Fonseca:

Assim, não importando quão contaminada seja uma dada contribuição à teoria econômica pela história socioeconômica, por premissas filosóficas inadequadas ou pelo viés ideológico do autor, as técnicas de análise que ela carrega teriam um valor instrínseco, no sentido de que possam ser isoladas, transmitidas e perfeitamente aplicadas a qualquer fenômeno pertinente ou situação histórica, por

economistas adotando outras premissas filosóficas e ocupando posições distintas no espectro ideológico. (FONSECA, 1996, p. 248)

A última das três dicotomias decorre da problemática exposta em torno do relativismo e de sua completa negação. No caso em que se trate a História das ideias como uma sucessão de refinamentos cuja força cognitiva ganha robustez ao longo do tempo, Fonseca definiu a “falácia anacronística” como sendo a crença de que o passado representa o plano das ideias que já foram superadas (*Ibidem*, 1996). Desta maneira, as ideias antigas não passariam de uma protoversão imperfeita das ideias mais “corretas”, encampadas no presente, às quais se associa a valoração positiva do “novo”. O autor, no entanto, corretamente aponta a inadequação e a inconcebibilidade de um empreendimento que, ao procurar evitar o anacronismo como ele definiu, incida num diletantismo difuso. O “antiquarismo”, porém, não está para uma abordagem externalista tal qual o “anacronismo” para uma internalista.

Ao criticar a falácia anacronística em História do Pensamento Econômico, não se trata, é claro, de ir para o extremo oposto de um antiquarismo ingênuo que pretenderia preservar intato o passado- o sonho duvidoso de uma história das ideias emulando o esteticismo extremo da ‘arte pela arte’. Em qualquer época, o passado sempre é visto, em alguma medida, no contexto das categorias e debates presentes. Não existe estudo ou pesquisa desinteressados do ‘passado pelo passado’. (*Ibidem*, 1996, p.254)

1.2- O ENTENDIMENTO “HARD SCIENCE” EM ECONOMIA

De toda esta exposição, é notável que a perspectiva internalista em História das Ideias é perfeitamente compatível com aquilo que Pérsio Arida detalhou, a partir de Weber, como o entendimento *hard science* da Economia enquanto saber científico. Este conceito ilustra como a adesão a uma abordagem internalista implica necessariamente no que Fonseca definiu como *absolutismo* e *anacronismo*. A partir da observação do ensino da Economia nas universidades, Arida expôs dois modelos de compreensão acerca do elo entre a teoria econômica e a história das ideias, resumidamente definidos nesta passagem:

No modelo que aqui denominaremos *hard science*, o estudante deve familiarizar-se de imediato com o estágio atual da teoria. À parte honrosas exceções, as listas de leitura contêm textos escritos há mais de alguns anos atrás. Já no modelo *soft science*, o estudante deve dominar os clássicos, mesmo que em prejuízo do aprendizado dos desdobramentos mais recentes da teoria [...]

Subjacente ao modelo *hard science* está a ideia da fronteira do conhecimento; o estudante não precisaria perder tempo com os clássicos porque todas as suas eventuais contribuições já estariam incorporadas ao estado atual da teoria.

Subjacente ao modelo *soft science* está a ideia de um conhecimento disperso historicamente; o estudante deveria dedicar-se aos clássicos porque precisaria trilhar por conta própria as matrizes fundamentais da teoria. (ARIDA, 2003, p.15, 16)

Os pilares do primeiro modelo, *hard science*, são, então, o estabelecimento de uma fronteira do saber e a superação positiva de ideias. Sob esta óptica, as verdades produzidas pela ciência econômica obedecem a um processo tal que, dada a existência de uma controvérsia, de um impasse teórico, do debate voltado à sua resolução, a verdade dele “vencedora” seja legitimada como unicamente correta, ao passo que as teorias perdedoras sejam condenadas à pecha do erro e da invalidez absoluta, de maneira que se realize a sua superação incontestável quando o debate for dado por findo. A isto se dá o nome de superação positiva de ideias, entendimento de âmbito epistemológico bastante difundido nas ciências naturais, embora hoje contestado mesmo neste domínio. Na prática, os critérios para a determinação da teoria vencedora muitas vezes não dizem respeito à sua efetiva capacidade de “resolução” do debate, mas à sua suposta “pureza” nos moldes como já foi enunciado, até porque são escassas as resoluções teóricas inequívocas, consensuais, no âmbito das ciências humanas. Disto, tem-se que aquelas teorias afinadas com os moldes vigentes de cientificidade, aqueles que conseguem se impor a partir das relações de poder, serão as privilegiadas.

O ponto merecedor de atenção é que as “verdades vencedoras” dos debates comporão, assim, a chamada “fronteira do conhecimento”. Isto posto, todas as teorias que devem ser estudadas como válidas são as que pertencem a esta fronteira; é sobre elas que devem debruçar-se os economistas. Afinal, neste entendimento o resto (as teorias “perdedoras”) já foi superado e dado como erro. Na Economia, pois, o modelo *hard science* faz da História do Pensamento uma mera relíquia da erudição, um monumento, uma narrativa dicotômica entre o erro-sacrifício e o gênio-revelação. As “verdades econômicas” encontrar-se-iam nas resoluções teóricas mais recentes de cada tópico, e, portanto, as vigentes. No estudo da economia isso se traduz no ensino manualesco. São livros cujo conteúdo se resume às teorias ditas vencedoras dos debates, que compõem a vigência do pensamento econômico atual. Neles não há qualquer preocupação com as problemáticas de ordem epistemológica ou com o resgate da História do Pensamento. As teorias e técnicas de análise, notadamente elas, são simplesmente expostas como dados.

1.3- A ESCOLHA DE UM MÉTODO

Diante, então, de possibilidades distintas para um método historiográfico, cada uma com implicações complexas, é necessário delimitar um caminho. É Japiassu quem faz os apontamentos devidos que permitem nortear este procedimento. Como bem colocado, o posicionamento em um dos polos da taxonomia geral exposta constituiria um falso lugar:

[...] duas concepções falsas de ciência: a primeira, pretendendo que a ciência tem um desenvolvimento próprio, autônomo e independente da vida social: seu progresso se explicaria apenas por sua dinâmica interna, vale dizer, por um internalismo histórico estabelecendo uma espécie de vínculo imanente entre ciência e técnica; a segunda, ao contrário, negando à ciência toda e qualquer gratuidade, todo e qualquer desinteresse. A primeira posição converte o cientista em um nimbo perdido pairando acima do social e da história. A segunda faz dele um agente direto do sistema produtivo. Ora, a atividade científica não pode ser definida, nem por um internalismo simplista (primeira posição), nem tampouco por uma espécie de marxismo mecanicista (segunda posição). (JAPIASSU, 1985, p. 120)

O autor, no entanto, fornece uma resolução para o impasse lançado. Ela consiste em admitir que as discontinuidades de um saber científico possuem certo grau de endogeneidade. Isto é, as próprias especulações teóricas e impasses técnicos são sim capazes de mover os cientistas no sentido de conceberem suas criações, mas isto não significa que a racionalidade em jogo neste movimento não esteja enraizada num “solo epistemológico” condicionado por fatores concretos, pelo real. Eis um trecho em que Japiassu aponta por uma conciliação dos termos dos dois polos, o externalista e o internalista:

[...] precisamos dissociar duas coisas: o caráter socialmente determinado de um saber e seu caráter utilitário. Uma teoria pode ser desenvolvida sem nenhuma referência (consciente ou inconsciente) à produção e ser, não obstante, condicionada de modo bastante claro”. Portanto, embora toda a ciência moderna tenha sido socialmente condicionada, nem por isso devemos aceitar o ponto de vista do economicismo que repousa numa concepção demasiado estreita da “utilidade”, da “emancipação direta”, a ciência devendo responder diretamente às necessidades sociais e econômicas.

Portanto, quando afirmamos que a atividade científica constitui um produto cultural, que se encontra estreitamente vinculada a exigências sócio-econômicas, não estamos querendo afirmar que não possui uma autonomia relativa. (JAPIASSU, 1985, p.123)

Dito isto, é exatamente este o caminho metodológico que se pretende seguir. A ideia que se seguirá como justificativa para esta escolha, no entanto, será melhor detalhada num outro capítulo do presente texto, mais adiante. Por aqui, é lançada a tese: entende-se que a

Economia Política, saber do qual se pretende tecer uma pequena historiografia do pensamento, guarda a sua origem na contradição antiga entre o domínio da *polis* e o do *oikos* (ARENDDT, 2014). Este último, o âmbito da administração doméstica, das “leis da casa”, enquanto o primeiro o da vida pública, o próprio campo da exercício da liberdade, garantido pela faculdade de *ação* dos homens, a “atividade política por excelência”. É desta aparente contradição para os antigos que se concebe a Economia Política, ou a *Volkswirtschaft*, a “administração doméstica coletiva ou nacional” ou, nos termos de Myrdal, a “economia doméstica social” (MYRDAL, 1984). Arendt aponta, ainda, que a única condição para a necessidade da *ação* consiste justamente na existência “dos homens”, e não “do homem”; ou seja, a pluralidade humana como o campo dos conflitos.

A ação seria um luxo desnecessário, uma caprichosa interferência nas leis gerais do comportamento, se os homens fossem repetições interminavelmente reproduzíveis do mesmo modelo, cuja natureza ou essência fosse a mesma para todos e tão previsível quanto a natureza ou essência de qualquer outra coisa. A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá. (ARENDDT, 2014, p. 10)

Há ainda um outro aspecto fundamental da *ação*: o seu potencial criador e fabricante. Arendt aponta a capacidade que os “recém-chegados no mundo” possuem de “iniciar algo novo, isto é, de agir”; o “sentido da iniciativa” que garante a força elementar da “natalidade” (ARENDDT, 2014). Este ponto crucial é ignorado pela grande maioria dos cientistas, notadamente os economistas, que foram acostumados a “descrever a Natureza ‘a partir do exterior’, como puros espectadores”; ou seja, uma Natureza independente deles (PRIGOGINE; STENGERS, 1986, p.369, tradução minha). O homem, no entanto, imerso na própria Natureza, age e a transforma endogenamente, como parte dela. É na pujança destas transformações operadas pela ação dos homens, evidenciadas na Política, que estão os “critérios de valor” estruturadores da “administração doméstica social”, consigam ou não efetivamente coordenar as circunstâncias para que estas transformações façam jus a estes valores (MYRDAL, 1984).

É preciso, então, tratar o objeto da História do Pensamento de maneira a considerar os critérios que delimitam os desígnios de um homem criador, não de um que puramente decodifica “leis” de uma tábula divina. Isto diz respeito à própria natureza do objeto que constituiu o saber em questão, a Economia Política. Este empreendimento, pois, só é possível

ao analisar-se as ideias a partir do “solo” onde ocorre seu “enraizamento concreto”. Firmando-se isto como seu contexto de determinação, aí sim é prudente debruçar-se sobre as tensões decorrentes da dinâmica interna da ciência, sem aceitar, no entanto, o seu “dogma de imaculada concepção” (JAPIASSU, 1985).

Em caso contrário, o entendimento decorrente disto, de que a Ciência se vê diante de uma trajetória de “progresso”, a faz uma sucessão etapista de lapidações e acréscimos. Ocorre, no entanto, que não é possível definir qual seja o objeto lapidado. Tampouco o processo científico é um corpo ao qual se vai acrescentando partes, perfeitamente encaixáveis e complementares ao que já foi montado. Trata-se de um processo contraditório, de ruptura, de morte e nascimento, mitótico e elástico. A geografia das ideias é, muito antes, um espaço em pura expansão, não um a estreitar-se. Japiassu lembra, para um exemplo simples, que “entre Newton e Einstein não houve continuidade, mas descontinuidade. Não houve generalização, mas revolução” (JAPIASSU, 1985, p.34). Uma História que negue estas evidências constituirá um empreendimento estéril e dogmático, marcado pelo poder do técnico positivista.

CAPÍTULO II- A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA MODERNA

“Uma inteligência que, em qualquer instante dado, soubesse todas as forças pelas quais o mundo natural se move, e a posição de cada uma de suas partes componentes, e que tivesse também a capacidade de submeter todos estes dados à análise matemática, poderia compassar na mesma fórmula os movimentos dos maiores objetos do universo e aqueles dos menores átomos; nada seria incerto para ele, e o futuro, assim como o passado estaria presente diante de seus olhos”, Pierre Simon Laplace

2.1- CONCEITUAÇÃO E DESCRIÇÃO GERAL

A fim de compreender-se a configuração do núcleo duro do Programa de Pesquisa Neoclássico, faz-se necessária a contextualização de seu surgimento nos critérios do que seria o Projeto Científico Moderno. Afinal, a Revolução Marginalista nada mais fez do que consolidar a adequação do saber econômico ao paradigma epistemológico nascente com a Revolução Científica Moderna (doravante RCM); em outros termos, nada mais fez do que incorporá-lo por completo à episteme moderna. É bem verdade que a própria Ciência Econômica, que reconhecidamente tem Adam Smith como seu fundador, já, em seu período chamado “clássico”, nasce inserida no que se chama episteme moderna. No entanto, é somente a partir dos escritos ditos neoclássicos que esta inclusão atinge seu grau máximo de robustez. Antes, no entanto, de definir aquilo que a RCM representou para a história das ideias, é importante uma breve definição dos conceitos de “saber” e “episteme”. Enfim, conforme assinala Foucault:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo que de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos em que se ocupa em seu discurso [...]; é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso. (FOUCAULT, 2014, p.219, 220)

É importante também salientar que, apesar do uso dos conceitos de Foucault, não se pretende aqui tecer uma “arqueologia” da Economia Política, nos modos como este autor a concebeu. Tal iniciativa requereria o uso de uma documentação bastante mais extensa das

ideias, além de um tratamento estrito demasiado diferente daquele que é empregado neste texto. Entende-se, como o faz Japiassu, que é possível servir-se destes conceitos de maneira a construir uma colagem coerente útil à contextualização do “solo epistemológico” onde estão arraigadas as ideias, de modo a constituir o que Foucault apontou como “história epistemológica das ciências”.¹ Resumidamente, a epistemologia, ao aproveitar-se da História enquanto laboratório, é a ferramenta que traz à tona o entendimento sobre o discurso científico ser um objeto construído cujo fim é justamente determinar os parâmetros de daquilo que deve ser tomado por verdadeiro:

O papel da epistemologia, além de contribuir para a solução dos problemas fundacionais, consiste em analisar, não somente as condições de possibilidade das ciências, mas suas condições reais de efetuação, sua gênese, sua formação, sua estruturação; numa palavra, seu modo de produção de conhecimentos (conceitos e teorias), procurando elucidar seus fundamentos lógicos e antropológicos, histórico e social, bem como sua significação enquanto fenômeno global. (JAPIASSU, 1978, p. 99)

Dando continuidade à breve apresentação dos conceitos, segue-se a definição da “episteme”. Japiassu resumidamente a define como sendo “o campo no qual, num determinado momento, determinam-se os a priori históricos, as condições de possibilidade e os princípios de ordenação do saber” (JAPIASSU, 1985, p. 12). Foucault menciona que a episteme desenvolve-se no tempo, não como uma matéria inflexível, mas elástica e adaptativa, expansiva e autofágica. Trata-se, ela, não de um metadiscurso que paira sobre homens como uma “legislação” do pensamento, mas sim do próprio conjunto de relações que une, num momento da História, diversas práticas discursivas de maneira constituir saberes, ciências, figuras epistemológicas e formalizações.

A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (FOUCAULT, 2014, p. 231)

¹ São quatro os chamados “acontecimentos do discurso”, cada qual correspondente a um limiar a ser rompido pelas formações discursivas: “limiar de positividade”, “limiar de epistemologização”, “limiar de cientificidade” e “limiar da formalização”. Foucault define diferentes tipos de história da ciência, cada uma sendo capaz de debruçar-se sobre as formações discursivas em pontos distintos da cronologia dos “acontecimentos do discurso”. Desta maneira, a “história epistemológica das ciências” difere-se da “arqueologia” fundamentalmente no limiar que “toma como ponto de ataque”, o da cientificidade. Para detalhamento, ver “FOUCAULT, 2014, cap. IV.6 ‘Ciência e Saber’, p. 214-236”.

Japiassu toma, então, os dois conceitos apresentados para construir sua história das ideias sem o uso do método arqueológico de Foucault. A sua análise da episteme fundamenta-se, basicamente, no conceito de “corte epistemológico” e nos esquemas de validação das “normas de verdade” dos saberes científicos.

Feitas as considerações preambulares, parte-se, então, para a contextualização da situação histórica que deu origem à RCM, bem como para a sua descrição geral. Foi a Ciência Moderna que permitiu a entrada das ciências humanas no campo da positividade. Esta nova concepção da ciência nasce como um produto da cultura e de circunstância específicas, notadamente “o surgimento do primeiro capitalismo, o progresso do sistema bancário, a aceleração rápida da técnica (da navegação, das minas, da artilharia, da imprensa), a promoção social dos “engenheiros” e dos artistas, as grandes expedições marítimas, a Reforma, a Contrarreforma...” (JAPIASSU, 1985, p.94). Na verdade, ela surge como uma insurreição, como uma afronta a valores e concepções vigentes, notadamente aquelas fundadas na “síntese aristotélica”². É a partir dela que a explicação religiosa dos fenômenos perde espaço para aquela embasada no conhecimento criteriosamente racional. A universalidade do saber não mais, enfim, vê-se concentrada no campo da Teologia. O que se pretendia, na verdade, era o desligamento da explicação da Natureza de toda a ordem metafísica, de modo que se garantisse à Ciência os seus atributos de “supratemporalidade e a-historicidade” (JAPIASSU, 1974).

A partir disto, intenciona-se demonstrar a Natureza como um autômato. Embutida nesta concepção, está a noção de “lei natural”, ideia que Prigogine aponta como a mais marcante da RCM. O Cosmos dá lugar, então, ao Universo finito, cujos elementos são objetivamente interpretados segundo os critérios da racionalidade moderna, da qual a matemática será a linguagem. É exatamente por isto que se diz que Ciência Moderna nasce mecanicista, sendo a Natureza comparada a um relógio, cuja funcionamento é preciso, rigoroso e dado. (JAPIASSU, 1974). Mais ainda, este funcionamento é perfeitamente demonstrável, verificado pelas leis da razão, acessíveis ao Homem. Nos termos de Prigogine e Stengers:

² “A Ciência Moderna nasceu da ruptura de uma aliança animista com a Natureza: no âmago do mundo aristotélico, o homem assumia saber o seu lugar, não só como ser vivente, mas como ser conhecedor; o mundo apresentava-se à sua medida; o conhecimento intelectual apreendia o próprio princípio das coisas, a causa e a razão final de seu devir, o fim que as habita e as organiza.” (PRIGOGINE; STENGERS, 1986, p. 128)

Ciência clássica visa sempre descobrir a verdade única do mundo, a linguagem única que decifra a totalidade da natureza - hoje em dia, diríamos 'nível fundamental de descrição' - a partir da qual tudo o que existe pode, em princípio, ser deduzido. (PRIGOGINE; STENGERS, p. 92, tradução minha)

Deste modo, o projeto da Ciência Moderna constituir-se-á como um projeto de “descoberta”. Esta idealização mantém a sua força no trabalho de diversos campos da Ciência, que é entendida como o ofício de desvelamento das “aparências complexas” por meio da formalização de “leis simples e matematizáveis” que compõem a diversidade dos processos naturais, a “verdade última sobre o Universo”. Estas leis guardam sua força no fato de descreverem a Natureza “em termos de trajetória”; isto é, de maneira determinista e reversível (PRIGOGINE; STENGERS, 1986). Por fim, segue-se um trecho em que Japiassu bem resume este aspecto das descontinuidades levadas a cabo pela RCM:

Mas houve uma segunda implicação, não menos essencial: a linguagem matemática, através da qual se produz a ciência moderna, bem como o espaço geométrico (infinito, homogêneo e não-orientado), no qual a ciência passa a construir sua cosmologia, vão provocar, como uma espécie de contrapartida, o eclipse do sujeito, quer ele seja considerado no nível vital, no psicológico ou no epistemológico. É por isso que se diz que a ciência moderna veio a substituir a antiga oposição homem/Deus pela simples oposição sujeito/objeto. No mundo por ela elaborado não há mais lugar para o homem nem tampouco para a vida. A ideologia mecanicista encarregar-se-á de dissociar os do mundo da racionalidade científica. São banidas do domínio do conhecimento as questões antropológicas. Instaura-se o reino do pensamento matemático. (JAPIASSU, 1985, p11)

Mas se a matemática é a língua da Natureza, por meio da qual se apreende o irreduzível, disto decorre um novo receituário metodológico, que garantirá o *status* científico a um saber que o almeja. Neste sentido, há o emprego generalizado do método dedutivo, de modo que se parta de uma lei geral cuja aplicação é mecânica para a “estrutura complexa”. Este movimento, no entanto, é lastreado por uma indução prévia, baseada na experimentação, que vem a substituir o método especulativo aristotélico. Ou seja, trata-se de uma ciência que elabora suas teorias a partir de *a priori*, atividade na qual a experimentação procura indagar a Natureza acerca de sua verdade na linguagem adequada, o que ilustra a figura do cientista desvelador. Assim, a Ciência Moderna deixa de ser pura contemplação, de maneira a constituir o conhecimento como o elo entre *theoria* e *techné*. (JAPIASSU, 1985).

No âmago desta transformação, que procura decodificar as leis internas universais, está, pois, o advento da axiomatização. Com isto, pretende-se a eliminação do saber científico de toda matéria que possa maculá-lo: o irracional, ou seja, a metafísica, os valores, a

sensibilidade, toda subjetividade de maneira geral. Esta tendência se arrasta para os mais diversos saberes, inclusive para as chamadas “ciências humanas”, como forma de acesso à cientificidade. É conhecida e notória a “Ética” de Spinoza, “demonstrada à maneira dos geômetras”, para citar apenas um exemplo. Também se destaca o “Discurso do Método”, de Descartes, obra de valor fundamental que, em defesa do método geométrico, pretendia estabelecer os procedimentos para o esconjuro de todo erro, matéria exterior ao campo da racionalidade, de forma a “libertar” para os caminhos da Razão e, por conseguinte, da Verdade (JAPIASSU, 1985). É Arendt quem comenta:

[...] a matemática (isto é, a geometria) era a introdução adequada àquele firmamento de ideias no qual nenhuma simples imagem (*eidōla*) ou sombra, nenhuma matéria perecível, podia mais interferir no aparecimento do ser eterno, no qual estas aparências estão salvas (*sōzein ta phainomena*) e seguras, enquanto purificadas tanto da sensualidade e da mortalidade humanas como da perecibilidade material. Não obstante, as formas ideais e matemáticas **não eram produtos do intelecto, mas fornecidas aos olhos da mente do mesmo modo como os dados sensoriais são fornecidos aos órgãos do sentido** [...] (ARENDR, 2014, p. 329, grifo meu)

Da objetividade almejada pelo projeto científico moderno, processa-se a “divisão do mundo em dois”; isto é, separação “por um abismo” entre o mundo da Ciência e o mundo da vida, dos valores e sentimentos, não racional por excelência (KOYRÉ, 1965). Nos termos empregados por Japiassu, trata-se de um novo regime de verdades no qual os mundos “da Razão e do Coração” constituem uma solução heterogênea, de fases paralelas, dado que “a verdade do mundo é indiferente à verdade dos homens” (JAPIASSU, 1985, p.66). Diz-se, assim, que a objetividade é o fundamento epistemológico do Projeto Científico Moderno; isto é, a matéria que une todos os saberes científicos em torno de uma explicação não-filosófica ou não-ideológica dos fenômenos. Conforme foi exposto, a objetividade foi introduzida a partir de uma descontinuidade metodológica, uma nova criação, que tem sua origem, por sua vez, na energia de um “corte epistemológico” (JAPIASSU, 1978).

Tem-se, destarte, aquilo que Japiassu definiu como o eixo epistemológico da RCM; isto é, as relações que encampam o modelo de cientificidade nascente. Como aponta o autor, a importância deste eixo reside na garantia dos atributos da objetividade e, à vista disto, da autodeterminação da Ciência. Seguem-se daí, então, os dois conceitos elementares do projeto científico moderno: “lei rigorosa” (ou “Natural”) e escrita matemática. A exigência de rigor e precisão metodológicos deriva do próprio rigor e da própria precisão da Natureza como

autômato, e é esta inteligibilidade racional que permite diferenciar o conhecimento científico, objetivo e justificado, completamente submetido à ordem matemática, de uma mera opinião ou crença pueril, mística, leviana e descriteriosa (JAPIASSU, 1978).

Desta forma, a consolidação da Ciência Moderna marcará a passagem daquilo que Japiassu (1978; 1985) chama, a partir de Foucault, “Era da Representação” para a “Era da Positividade, iniciada somente no século XIX. Isto pois não há mais o interesse numa ciência cujos termos se debruçam sobre a “representação da coisa em si”, de ordem essencial e metafísica. Ela se agora se contenta com a explicação do observável, de modo a tratá-lo como dado, em nome de uma reputação amparada na aplicabilidade, na praticidade e na utilidade³; isto é, ela ocupa-se somente daquele conhecimento que é positivo, capaz de explicar o mundo dos fenômenos, os quais são a realidade atual, imediata, da observação. Esta nova maneira de Ciência tem grande influência da Filosofia Crítica de Kant, segundo a qual não pode haver Filosofia enquanto mera afirmação de um conceito teórico. A Filosofia deve sempre se manifestar enquanto doutrina de uma prática moral. Esta tônica é a que permite, “haver um deslocamento lógico e poético da ordem conceitual à ordem judiciativa, da noção à proposição” (JAPIASSU, 1978, p. 68).

Ao fim e ao cabo, isto se traduz na ideia de Ciência como fisiologia dos sistemas, válida até mesmo para o campo das chamadas “Humanidades”. Este é um aspecto crucial, que, na Economia Política, ao menos, mantém sua força séculos à frente de quando surgiu. O objetivo da Ciência passa a não ser mais o de dar os porquês de um fenômeno, mas o de explicar como se dão as suas transformações, de maneira a lograr formalizar as leis matemáticas imbuídas nele, determinar as forças que agem sobre ele e constituem-no (PRIGOGINE; STENGERS, 1986). É em vista disto que Prigogine aponta a Ciência Moderna como uma “ciência das trajetórias”, guardiã dos três princípios elementares da dinâmica, os quais se realizam no “fator tempo”, “a medida e a razão de todos processos”, o “parâmetro em termos do qual a lei desencadeia seus efeitos, desencadeia a sucessão infinita de estados dinâmicos” (PRIGOGINE; STENGERS, 1986, p. 106, tradução minha):

[...] todo corpo, qualquer que seja sua dimensão, tem uma massa; isto é, está submetido às forças de interação newtonianas [...]

³ Para detalhamento, ver JAPIASSU, 1974, cap. 2.3, “A Confirmação da Positividade”, p.132-137

[...] qualquer que seja o sistema dinâmico, a forma das leis do movimento, $F=ma$, segue válida. Outras forças, além da força gravitacional, poderiam ser descobertas- e foram efetivamente descobertas: a força de atração e de repulsão elétrica, para citar apenas uma-, e viriam, então, a modificar o conteúdo empírico das leis do movimento; elas não modificariam a *sua forma*, a qual define, fundamentalmente, o mundo da dinâmica, o que significa a redução de toda transformação a um conjunto de trajetórias. Isto condiz com os três atributos da trajetória dinâmica: legalidade, determinismo e reversibilidade. (PRIGOGINE; STENGERS, 1986, p.103, tradução minha)⁴

Em se considerando o que foi exposto até aqui, tem-se, pois, que a Ciência Moderna é eminentemente “prática”. Ela dispõe não somente sobre as formas de conhecimento da Natureza, mas também sobre maneiras de agir sobre ela, de dominá-la, por meio da experimentação, seja ao adequar os fenômenos a circunstâncias de teste, um estado puro, ideal e isolado, seja ao transformar e prever a orientação dos processos da vida prática, o que se traduz, nos termos de Arendt numa “inversão da ordem hierárquica entre a *vita contemplativa* e a *vita activa*” (ARENDDT, 2014, p. 359). Trata-se da Ciência que surge junto à notoriedade dos engenheiros, dos astrônomos, dos contadores e dos banqueiros, num contexto no qual intervenção e previsão passam, então, a ser fortemente requisitadas pelos campos do conhecimento.

Entende-se, conforme aponta Japiassu, que o Renascimento foi uma espécie de prelúdio da RCM. Foi durante este período em que se deu na Europa o reencantamento com a Arte e a própria Natureza, o que propiciou uma valorização do juízo individual e da experimentação de técnicas em diversos âmbitos, mesmo para fora do meio artístico. Também durante esta época começou o desmantelamento da “síntese aristotélica”; o interesse cada vez mais vigoroso pela Anatomia é um exemplo enfático desta proposição. Há já nos escritos de Kepler algumas proposições primordiais que marcariam, mais tarde o grande corte epistemológico introduzido por Galileu. Minguadas a teologia e a metafísica aristotélicas, irrompeu-se sobre seu antigo lugar uma nova criação: a física celeste, demonstrável “à maneira dos geômetras” (JAPIASSU, 1978).

Foi somente com Galileu, no entanto, que se introduziu uma ruptura epistemológica substancial, com o próprio Renascimento e com as estruturas que este período já desafiara. Foi a partir d’*O Diálogo sobre os dois grandes sistemas do mundo*” que a ordem geométrica passou subordinar todos os ângulos do real, o que configurou um novo código de conduta

⁴ Para detalhamento, ver PRIGOGINE; STENGERS, 1986, cap. 2.1, “Les lois de Newton”, p. 99-106

para o “fazer-Ciência”, encampado no terreno do saber mecanicista. Despontava, assim, a noção da experimentação como “indagação da Natureza”, bem como da Física como o modelo de ciência rigorosa, fundada na demonstração matemática, que “está realizada no mundo” e, desta forma, garantiria os princípios de racionalidade do saber, a autoridade de todo conhecimento. Trata-se, então, da “unidade entre experiência e a matemática”:

[...] a matemática deve definir, no cerne da natureza, os sistemas acessíveis de fenômenos observáveis. A geometrização do movimento consiste no ingresso direto no quadro verdadeiro da natureza, do qual nossa experiência sensível constitui apenas a expressão. [...]

[...] A experiência [...] encadeia-se no movimento de discurso racional de caráter matemático. (JAPIASSU, 1985, p. 57)

Diz-se, pois, que Galileu inaugurou a RCM. O intuito que se seguiu com a publicação de seus escritos era notoriamente prático, de tal modo que se propunha a solucionar, por meio da aplicação do novo método experimental em evidência, as controvérsias da mecânica, a partir da qual se descrevia matematicamente a dinâmica dos corpos celestes, o objeto de desvelamento principal de sua ciência.

À vista disto, deu-se a instauração do novo eixo epistemológico que nortearia as diretrizes do conhecimento científico. À custa deste advento, o desmoronamento daquele eixo da tradição grega consagrado também na Teologia. Preparou-se o terreno fértil para o surgimento do Universo-máquina, o “reino da medida e da ordem” que assume o lugar do Cosmos (JAPIASSU, 1985).

2.2-CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA RCM

O Projeto Científico Moderno nasceu como um produto cultural de um contexto específico, a saber, de maneira geral: o declínio da sociedade feudal e o gradual nascimento da sociedade comercial e, posteriormente, industrial; ou seja, nasceu durante o período de acumulação primitiva de capital que mais tarde transformar-se-ia no modo de acumulação capitalista. O processo de urbanização trazia consigo novas possibilidades de organização da vida material. Surgiam, então, novos serviços, novas profissões, novos grupos sociais, novos hábitos; ampliava-se o circuito financeiro, ao passo em que se fazia valer um “novo racionalismo”, fundado no crescimento produtivo, na eficiência operatória e no lucro. A

concentração do poder da Igreja, imbricado na intelectualidade escolástica, dilui-se, de forma que os novos grupos sociais responsáveis pelo comércio consigam configurá-lo de outro modo. O espírito do antropocentrismo renascentista, que “propõe o homem pensante, sujeito a um sem-número de paixões, dotado de vontade a conhecer a realidade por meio de seus sentidos” (BIANCHI, 1988, p. 48) mantém a sua potência. Há nesse cenário o solo perfeito para a uma nova ciência enquanto “possibilidade e necessidade”.

O Sistema Mercantilista, instigado por um comércio em franca expansão, demandava outro conhecimento para além do religioso e teológico, um que versasse sobre as “boas regras” da administração doméstica. Destaca-se, neste contexto, favorecida pelo vigor da atividade comercial, a burguesia, grupo social emergente cujo maior anseio tratava-se de um “programa prático” de racionalidade; um que pudesse, afinal, contribuir para a fertilidade de seu ofício. Como bem, então, aponta, Japiassu:

A ciência nasce, não apenas enquanto sistema cognitivo, mas encarnando certo projeto social: ela é estruturada, do interior, em vista da ação eficaz, da dominação da natureza. Não se trata mais de contemplar o real e de nele encontrar os traços da sabedoria divina, a expressão de uma ordem absoluta. Trata-se de conseguir e realizar o domínio das forças naturais. (JAPIASSU, 1985, p. 116)

Disto, desencadeou-se a progressiva valorização social do ofício do cientista. A figura do engenheiro passa a ganhar importância, já que de seu trabalho colhe-se o desenvolvimento técnico, tão caro à classe emergente, não só para que ele cumprisse o seu fim como um indutor das novas formas de organização da vida material, mas também para que se impusesse violentamente enquanto nova autoridade frente às formas de saber medievais. O comércio ultramarino deu a deixa para a eminente experimentação de novas técnicas, bem como para a onda de invenções que se seguiu disto, na astronomia, na mecânica, na geografia. Tem-se, assim, o grande triunfo do *homo faber*, cujas produtividade e industriabilidade marcam a mudança de preocupação do conhecimento, de “por que” para “como” (ARENDDT, 2014)⁵, movimento que dá sentido à Era da Positividade. Destaca-se a criação dos relógios, da qual nasce uma nova temporalidade, uma outra forma de percepção do tempo, fracionável e materializável; o tempo que *faz enxergar-se passar a uma nova frequência*, mais frenética (BIANCHI, 1988). Para além disto, as ferrovias e os navios a vapor impuseram-se de modo a

⁵ Para detalhamento deste processo a partir dos conceitos de Arendt, ver ARENDT, 2014, cap. VI. 41 “A inversão entre contemplação e ação” e cap. VI. 42, “A inversão dentro da *vita activa* e a vitória do *homo faber*”, p. 358-378.

organizar, no espaço, “o furioso ataque da velocidade” (ARENDDT, 2014, p. 309), o que configurou novo valor à distância.

Segue-se que a grande ênfase da Ciência Moderna na quantificação tem “raízes sociais”. Foi crescente no período em questão, dadas as novas formas que a Economia assumia, a necessidade por “contar, medir e pesar...”, ainda que, evidentemente, as medidas e a matemática já manifestassem seu valor antes do “mundo dos engenheiros e dos empresários”. Elas, no entanto, invadem outros lugares, passam a criar novas funções, ao passo em que se lhes atribui a ênfase instrumental (JAPIASSU, 1985). Em vista disto, é mais evidente ainda o ofício do cientista transformador, o qual se inserirá nos âmbitos mais cotidianos da reprodução da vida material. Transformar o mundo à luz da Razão, afirmar o domínio do Homem, são anseios que surgem com a ética Iluminista. Como bom exemplo, Bianchi (1988) aponta como a invenção do para-raios em 1754 foi percebida como um triunfo sobre os fenômenos coordenados pelas leis divinas. Enfim, no resumo de Japiassu:

A razão [...] converte-se numa força para transformar o real. Em suma, a tendência utilitária do iluminismo “científico-filosófico” manifesta-se, sobretudo na ideia de converter a ciência e a filosofia em meios eficazes para se chegar ao efetivo da Natureza e numa propedêutica imprescindível para a reorganização da sociedade. (JAPIASSU, 1985, p. 138)

Vale mencionar também, diante disto, a relação conseguinte que se vai firmando entre o poder e o saber. A mesma Ciência que permite aos homens deslumbrar-se pelo mundo, espantar-se e provocar-se por sua beleza, é a Ciência fornecedora do conhecimento que permitirá criar novos meios de dominação entre os próprios homens. As novas formas de organização de trabalho características da Revolução Industrial, da qual a linha de montagem, a sistematicidade e o maquinário são notáveis marcas, expressam exatamente o teor eminentemente prático e instrumental dos frutos da RCM.

Tem-se que a forma das preocupações e desígnios práticos manifesta-se como projeção do entendimento da Natureza. A mesma gestão harmônica identificável nas leis simples, naturais e imutáveis, dos fenômenos desponta nos anseios de manipulação experimental dos homens. A máquina, de mecânica racionalmente demonstrável, é a grande metáfora que ilustra a configuração do real, dito autônomo e descompromissado, formalizável, assim, livre de qualquer impureza: os valores morais, a metafísica, as

ideologias, os mitos... Por conseguinte, diz-se que a RCM mantém estreito liame com o projeto de poder da burguesia, já que propiciou o nascimento dos fundamentos intelectuais para a transformação da realidade a seu modo. Esta nova classe, após a ascensão do capitalismo, viria a exercer novas formas de dominação, não só da natureza, mas também dos homens, na medida em que se modificaram as relações de trabalho na estrutura do modo de produção.

A burguesia [...] assume o controle da vida social graças ao poder que lhe confere o conhecimento científico fundado num sistema de racionalidade permitindo-lhe o domínio das coisas. E lança mão dos seguintes meios: da objetividade, da quantificação, da experimentalidade e da lógica de implicação. E ao apropriar-se da racionalidade científica, a burguesia a torna cúmplice do poder. (JAPIASSU, 1985, p. 134)

A evidência do mecanicismo ultrapassa, como proposto, o entendimento dos fenômenos físicos. É esta noção da Natureza enquanto máquina (ou “autômato”) que inspirará a explicação da própria sociedade enquanto organismo automatoide. Na Economia Política, este empreendimento é bastante notável já a partir de Adam Smith, e ganha configuração especial a partir dos escritos Neoclássicos, processo ao qual se chamará atenção no capítulo seguinte.⁶⁷ O ponto crucial é que o entendimento de toda ordem a partir de um “sistema geral de mecânica” foi o grande êxito dos cientistas modernos. Desta resolução, tem-se a Síntese Newtoniana, a qual forneceu a robustez final para os movimentos iniciados com Galileu e Kepler. Nasce o mundo determinista, o “mundo das trajetórias” ao qual Prigogine e Stengers (1986) fazem alusão; o mundo das leis delimitadoras do positivo, que regem toda sorte de matéria em seu movimento pelo espaço. Mundo independente do Homem, um alienígena, que o acessa desde *ailleurs*, desde outro lugar.

2.3- O CONTEÚDO MÍTICO NA CIÊNCIA MODERNA

Faz-se imprescindível, em vista disto, uma consideração que pode erroneamente passar despercebida. Esse projeto que pretendia extirpar todo conteúdo de ordem metafísica da explicação fisiológica do mundo não constituía de modo algum uma negação da Fé ou da

⁶ Sobre a relação entre o Projeto Científico Moderno e os chamados “clássicos” da Economia Política, ver GANEM, 2000; GANEM, 2012 e PIMENTEL, 2013.

Religião. Na verdade, é sabido que outro grande êxito da RCM foi o “acordo de paz” logrado entre o meio científico e a Igreja.

[...] como evento histórico tangível, a secularização significa apenas a separação entre Igreja e Estado, entre religião e política, e isso, do ponto de vista religioso, implica um retorno à atitude inicial cristã de “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, mais que uma perda de fé e transcendência [...] (ARENDR, 2014, p. 312)

Newton mesmo, um notável anglicano, via-se a serviço do conservadorismo político, em combate à teoria cartesiana da matéria, a qual submetia os corpos a uma “realidade autossuficiente” e, assim, prescindia da noção de uma “força imaterial” que teria dado origem às leis do mundo (JAPIASSU, 1985). As suas teorias, ao contrário, deixam implícita uma concepção metafísica de Deus legislador (ou engenheiro), o que permite uma conciliação entre os termos da Ciência e os da Igreja. Sobre o entendimento mecânico da Natureza, traduzido na metáfora do mundo relógio, e as raízes eminentemente cristãs do Projeto Científico Moderno, Prigogine e Stengers⁸ apontam:

Por que a matematização não foi limitada ao funcionamento das máquinas? Por que os movimentos da natureza foram concebidos à imagem da máquina racionalizada? [...] O Relógio é um mecanismo construído, submetido a uma racionalidade que lhe é exterior, a um plano que suas engrenagens realizam desinteressadamente (*‘de manière aveugle’*). O mundo-relógio constitui uma metáfora que remete ao Deus relojoeiro, ordenador racional de uma natureza autômato. ” [...] uma *ressonância* é estabelecida entre o discurso teológico e a atividade experimental [...]. (PRIGOGINE; STENGERS, p. 83-84, tradução minha)

Novamente, o fundamento filosófico ilustrador do discurso mítico da Ciência Moderna está em Kant. É ele quem consolida os termos de uma inteligibilidade universal a toda ciência, cujos empreendimentos acessam apenas metaforicamente uma “verdade global”. Isto é, confirma-se a positividade e a morte da representação (a que fazem alusão Foucault e Japiassu), bem como delimita-se o campo do científico e do verdadeiro admitindo-se que é restrito ao “mundo dos fenômenos”, livrando-o da ordem metafísica e de sua força mítica na explicação dos fatos, sem, no entanto, negá-la. A solução kantiana permitirá “sustentar que a ciência decifra a palavra da criação [de Deus]” (PRIGOGINE; STENGERS, 1986, p.142).

⁸ Para detalhamento e referências, ver PRIGOGINE; STENGERS, 1986, cap.1.5, “Le mythe aux origines de la science”, p.81-90.

Sua força reside não apenas na justificação do conhecimento científico, mas também na da “estrangeiridade”⁹ do homem frente à Natureza, a máquina de funcionamento dado.

Deste modo, a Ciência Newtoniana, que nasce com a RCM, é historicamente situada e permeada de proposições que constituem um conjunto de relações, identificável num campo interdisciplinar. Os processos que se desencadearam a partir de sua efervescência não foram ditados por uma Razão pura, dado que os próprios critérios da racionalidade, como proposto, estão sujeitos a condições de possibilidade e determinação que constituem a teia de formações discursivas delimitadora do eixo epistemológico do saber, na época elaborado “no interior de uma filosofia materialista e mecanicista” (JAPIASSU, 1985, p. 176), na qual o positivismo e, por conseguinte, a objetividade e o teor utilitário, destacavam-se como núcleos gravitacionais, fundamentos de ordenação do saber. Desta maneira, admite-se não que a RCM tenha sido causada pelas transformações do modo de produção, mas concebida a seus moldes, condicionada por elas. À vista disto foi que a dinâmica endógena da História das Ciências fez-se valer.

⁹ Em PRIGOGINE; STENGERS, 1986, p. 142, o termo utilizado é “*étrangeté*”, que, em tradução literal, corresponderia a “estranheza”. Entende-se, no entanto, que a palavra “estrangeiridade” revela, no português, a acepção mais adequada para o termo no contexto em que é empregado.

CAPÍTULO III- O NÚCLEO RÍGIDO DO PROGRAMA DE PESQUISA NEOCLÁSSICO

“...everything else is just pictures and talk.”, Robert Lucas

3.1- A REVOLUÇÃO MARGINALISTA: ASPECTOS GERAIS

O núcleo rígido do Programa de Pesquisa Neoclássico, que compõe o conjunto de abordagens hoje apelidado “*mainstream*” (ou seja, vigentes)¹⁰, nasce com a chamada Revolução Marginalista, a partir da qual se identifica um novo campo epistemológico na Economia enquanto saber científico. Iniciada na segunda metade do século XIX, diz-se que os marginalistas, conjunto de autores cujos escritos, nos termos foucaultianos, evidenciam novas regularidades discursivas, inseriram por completo a Economia no projeto Moderno de Ciência. O fim da “Era Clássica”¹¹, como se costuma chamar na historiografia econômica, marcou exatamente a passagem que Foucault identifica da Representação para a Positividade.

Assim, a razão positiva afirmou-se também na Ciência Econômica, a partir dos marginalistas; extrapolou, como apontado no capítulo anterior, o âmbito das “ciências duras”. Impõe-se como regime de racionalidade, como instrumento por meio do qual se acessa o verdadeiro, o mundo das leis naturais, cujo funcionamento independe do “mundo do Coração”, de ordem metafísica. No resumo de Ganem (2003), a razão positiva “reduzirá ciência ao positivamente dado, e, através do critério da lógica formal, tratará os fatos, os fenômenos, como autônomos, absolutamente isolados. A articulação entre eles será funcional, e, portanto, quantitativa” (GANEM, 2003, p. 125). Nos termos de Japiassu (1985), tem-se aí o eixo epistemológico, responsável pela definição dos critérios de cientificidade, estes que

¹⁰ A vigência, no meio dos economistas, das abordagens encampadas na “matriz Neoclássica” será posta como dada, um fato acerca do qual não exista discussão, que dificilmente seria contestado por qualquer um com vivência na comunidade científica. Isto é, este trabalho não pretende, de modo algum, tratar de como e por que esta vigência se deu, um empreendimento que está bastante além da capacidade do autor. Enfim, diz-se “matriz neoclássica” pois os escritos marginalistas deram origem, no século XX, a uma gama de abordagens que constituem “escolas do pensamento” distintas, embora que apresentem um grau elevado de regularidades discursivas. Este assunto será tratado mais a frente, mas já, de antemão, recomenda-se, sobre ele: GANEM, 1996; LAVOIE, 1991 e POSSAS, 1997.

¹¹ Existe uma controvérsia em torno desta categoria histórico-taxonômica, bem como em torno da origem do termo “neoclássico”, atribuído normalmente a Thorstein Veblen, autor que o teria cunhado fora de seus escritos, nos quais se referia a estes autores como “utilitaristas” ou “marginalistas”. Para os fins deste trabalho, utilizar-se-á o termo “marginalistas” como o conjunto de autores que deram vida à matriz neoclássica, ou seja, os autores identificáveis no contexto da Revolução Marginalista.

supostamente garantem a objetividade e, por conseguinte, a neutralidade do saber científico. Ganem (2003), acerca da inteligibilidade universal científica proposta por Kant, comenta:

[...] o que aqui interessa sublinhar é que estes princípios (juízos a priori), embora históricos, têm subjacente um ideal mecanicista de conhecimento; e que a pretensão kantiana, de definir as condições “em geral” do conhecimento, fornece os argumentos sólidos epistêmicos ao movimento do século XVIII de extensão do padrão de cientificidade das ciências da natureza para o campo das ciências sociais. Dito em outros termos, o século XVIII assiste ao nascimento das disciplinas do social no berço da hipótese mecanicista: estende-se para a ordem social e econômica a “ordem” da natureza. (GANEM, 2003, p.123)

É a partir do entendimento de mundo mecanicista, das trajetórias, da Natureza como autômato, mas não só dele, que os marginalistas conceberão um conceito fundamental, que dará coesão, em Walras, à Teoria do Equilíbrio Geral: a racionalidade dos agentes econômicos. Subjacente a este conceito, verifica-se três outros fundamentos, a saber: o utilitarismo, o método cartesiano e a ênfase instrumental do conhecimento (GANEM, 2003). Este último, conforme já detalhado, decorre do surgimento das cidades e dos anseios pela expansão comercial, que permitiram ampliar os horizontes de reprodução da vida material, bem como criar novos meios e técnicas de organizá-la, o que deu vigor ao ofício dos engenheiros e dos técnicos em geral. Isto, claro, em detrimento do poder da Igreja, a qual já não mais monopolizava os meios de constituição dos saberes. Destaca-se que, à época da Revolução Marginalista, o capital comercial já havia se transformado no capital industrial; havia-se consolidado, o Capitalismo, enquanto modo de produção, bem como o poder da burguesia, que passa a ser a classe em torno da qual se organizam as relações de trabalho.

O utilitarismo, conforme assinala Myrdal (1984) compôs “o fundo de cena ideológico” ao longo do qual a Economia Política desenvolveu-se enquanto Ciência. Este fundamento fazia-se valer já mesmo nos escritos ditos “clássicos”, mas manteve sua força junto à “filosofia da lei natural” até o contexto da Revolução Marginalista. Foi aí que “as doutrinas de Economia em si mesma se tornaram a mais consistente formulação e aplicação do utilitarismo como sistema de ética social positiva. Elas lhe deram significação concreta e conteúdo” (MYRDAL, 1984, p. 42). De maneira, geral, o utilitarismo manifesta-se elementarmente em Bentham (s.d. *apud* MYRDAL, 1984)¹², que identifica os dois “senhores soberanos” a cujo domínio está sujeita a humanidade: o prazer e a dor. Deste modo, associando-se à filosofia da

¹² Conforme citado por Myrdal, “BENTHAM. *Collected Works*. Ed. Gowing. v. X, p.214-215”

“lei natural”, esta que deu origem, em termos de método, à “maneira dos geômetras”, tem-se que a valoração moral das ações é parametrada por meio do somatório dos prazeres (os quais se traduzem em unidades positivas de utilidade ou felicidade) e das dores (traduzíveis em unidades negativas de utilidade ou felicidade). À vista disto, segue-se que o comportamento geral dos homens é um tal que procurem maximizar os seus prazeres ao passo em que minimizam as suas dores. A felicidade ou utilidade sociais corresponderiam, então, à somatória da utilidade de cada indivíduo, do que decorre, no âmbito das proposições, a realização de uma sociedade na qual cada sujeito seja livre no sentido de lograr perseguir os próprios interesses. O campo de realização desta empreitada é um mercado pelas trocas; como propõem os marginalistas, são elas que tornarão possível a valoração sobre o que é “útil”. Faz-se pertinente, em vista disso, o esclarecimento de Myrdal:

Cumpra acrescentar que somente a versão mais grosseira do utilitarismo foi incorporada à teoria econômica. O altruísmo foi, em conjunto, abandonado, e a harmonia de interesses se tornou a noção central. Ela é concebida em termos de interesses econômicos “puramente egoístas” ou “puramente econômicos”, e repetidamente, através do século XIX, os economistas buscaram prová-la ao longo de novos caminhos e circundada por novas ressalvas. (MYRDAL, 1984, p. 51)

Ao princípio contido na busca pelos próprios interesses, Myrdal chama “psicologia hedonista”. Na leitura neoclássica, é ela quem predominaria na solução smithiana da “mão-invisível”, “em que interesses privados, em vez de se chocarem, produzem bem-estar social” (GANEM, 2012, p. 127).¹³ Esta imagem poderosa criada por Smith, que ressoa perfeitamente com o entendimento mecanicista do mundo, mais do que uma explicação para o funcionamento do organismo da vida material, concebe a realização do mercado como fator de coesão da própria ordem social ¹⁴. Os escritos de Walras, que compõem o núcleo duro do Programa de Pesquisa Neoclássico, conservarão o empreendimento iniciado por este mecanismo onipotente, mas agregarão a ele os critérios de validação do conhecimento científico apresentados inicialmente por Galileu e consolidados na Síntese Newtoniana. A leitura que os marginalistas fazem a seu modo do mundo mecanicista em Smith faz nascer o conceito de “ponto de equilíbrio”, a tradução visual e matemática do antigo conceito do “preço de equilíbrio”.

¹³ É importante salientar que há uma grande controvérsia em torno do sujeito smithiano guiado puramente pelo auto-interesse. Acredita-se que a leitura correta de Smith não se encerra aí, e que há um componente moral e de aprovação social no sujeito smithiano esquecido pelos neoclássicos. Quanto a isto, ver GANEM, 2000 e GANEM, 2012 e PIMENTEL, 2013.

¹⁴ Para detalhamento desta tese, novamente, ver GANEM, 2012, GANEM, 2000 e PIMENTEL, 2013.

A matemática é, assim, a forma na qual a Natureza se manifesta, a linguagem por meio da qual os homens escrevem as suas leis. É ela quem elevará o saber econômico ao status de Ciência, uma preocupação central dos autores marginalistas (DEANE, 1978). A elaboração das teorias deve, pois, subordinando-se às regras estritas da axiomática, perseguir a formalização da fisiologia econômica:

Nesse sentido, **o elemento central da contribuição de Adam Smith, a mão-invisível, passa de operador social a operador técnico**, e sua função é compatibilizar a oferta e a demanda. Nesse quadro teórico, a economia elimina de seu espaço disciplinar o Estado, a moral ou qualquer outra injunção valorativa. [...] Walras inaugura o esforço demonstrativo necessário a uma ciência que elege como seus os critérios newtonianos de cientificidade e se volta para a busca de resultados da aplicação do *esprit géométrique* dos modernos ao seu campo disciplinar. (GANEM, 2012, p. 132, grifo meu)

A Revolução Marginalista concebe, então, a Economia enquanto uma ciência do cálculo entre os prazeres e as dores. Descreve-se as “leis” da vida material de maneira a afirmar-se o *homo oeconomicus*, o que configura homens de espírito estreito os quais, ao agir autonomamente, constroem uma coesão ordenada, como “células do mercado”. Este indivíduo, desprovido, para fins científicos, de qualquer moral ou subjetividade, vê sua conduta praxeológica norteada por um princípio simples e objetivo, mensurável até certo ponto: a maximização da utilidade. Tem-se aí o significado do “agente racional”; no homem calculador, que utiliza toda a informação a seu dispor para fazer sobressair as unidades de prazer frente as unidades de dor.

O eixo racional da ação que guiará o agente econômico, aliado ao eixo utilitarista do qual Bentham é um representante enfático, encontra-se evidente já em Hume. Ele decreta os parâmetros simples e objetivos de uma ação racional: definir-se e coordenar-se os meios necessários por meio dos quais se atinge um determinado fim vantajoso, satisfatório ou prazeroso (DEMEULENAERE, 2003). É também Hume um dos autores que relaciona a necessidade e a escassez, sendo a competição no mercado o elo entre elas. Este cenário tornou-se caro aos economistas, que costumam mencionar a escassez como um dos aspectos fundamentais da vida econômica. É bastante célebre a definição da Ciência Econômica atribuída a Robbins, a da alocação ótima de recursos escassos para fins alternativos, frequentemente lembrada nos manuais, mas também entre leigos. Enfim, Demeulenaere comenta:

A necessidade tem, portanto, a escassez como corolário; escassez de bens em geral. Esta escassez dá origem ao conflito: Hume, a partir de Hobbes [...], enfatiza esta evidência: certos recursos, quaisquer que sejam, podem ser objeto de disputas entre indivíduos que não cheguem a um acordo quanto ao seu usufruto; isto é, numa situação onde não há unanimidade. Mas o conflito, na medida em que produz a instabilidade, a insegurança e o desincentivo das empresas, faz aumentar a escassez. Desta forma, num primeiro momento, o conflito é, na medida em que resulta de um esforço individual de apropriação de um bem desejado, uma tentativa individual de superação da escassez. No entanto, esta tentativa acaba por agravar um resultado contrário [...]. (*Ibidem*, p. 40, tradução minha)

Não é à toa que, a partir de então, o termo “Economia Política” cai em desuso, de modo a dar lugar ao termo “Economics”. A nação, a comunidade, a sociedade, deixam de ser objeto do conhecimento econômico, o qual passa a debruçar-se sobre os processos de tomada de decisão de agentes atomizados em competição (POSSAS, 1997). O princípio da racionalidade neoclássica, um juízo sintético a priori, determinará os termos nos quais as ações dos agentes dar-se-ão. Por conseguinte, a sua explicação é positiva, de maneira que sejam confinadas ao “mundo das trajetórias”, da “legalidade, da reversibilidade e do determinismo” (PRIGOGINE; STENGERS, 1986); ou seja, as ações dos agentes econômicos são leis que derivam das propriedades da razão. O dever do cientista é apenas determinar “como” estas ações convergem ou não para o ponto de equilíbrio, o da alocação ótima, o ponto de máxima utilidade dados os recursos escassos; é desvelar seu funcionamento mecânico e dado, por meio da escritura de sua realização em rigorosa linguagem matemática. Este espírito procedimental coaduna-se, como visto, com o eixo epistemológico da Ciência Moderna:

A autonomização da matemática transformada em lógica da investigação, ao se constituir num dos critérios fundamentais da racionalidade científica positivista, passará por cima das divergências metódicas entre empiristas e racionalistas, tomando-se o simulacro de um saber objetivo, neutro, determinístico. (GANEM, 2003 p. 129)¹⁵

Esta foi a implicação fundamental da Revolução Marginalista nos rumos da Economia como saber científico. Conforme assinala Deane (1978), no entanto, é um equívoco generalizar as opiniões, crenças, valores e técnicas dos autores marginalistas. Há, inclusive, uma controvérsia acerca de se Menger, um dos formuladores da teoria do valor-utilidade, pode ser considerado um marginalista, dado que não era afeito às formalizações como Walras

¹⁵ Diversos autores, do contexto da Revolução Marginalista ou anteriores a ela, compartilhavam da opinião acerca da neutralidade (conforme tratada no capítulo II do presente texto) da Ciência Econômica. Em MYRDAL, 1984, cap. 1, “Política e Economia Política”, p.15-31, e DEANE, 1978, cap. 7, “The marginal revolution and the neo-classical triumph”, p. 93-114, faz-se menção aos termos de alguns deles.

ou Jevons. Ainda assim, a análise marginal, aplicada inicialmente ao conceito de utilidade, é o que amarra todos estes autores numa coesão que permite identificar uma mudança de paradigma, ou o surgimento de um novo programa de pesquisa.

3.2- A ABORDAGEM SUBJETIVISTA EM TEORIA DO VALOR

Tem-se, então, resumidamente, nos termos de Myrdal (1984), que a teoria marginalista surge da “doutrina da lei natural e do utilitarismo”. Foi sob essas condições de determinação que autores como Jevons e Menger, mas não só eles, elaboraram sua crítica à teoria clássica do valor, cujos expoentes viam-se representados por Smith e Ricardo¹⁶. Entendia-se que esta abordagem ensejava um grande impasse: ela não explicava o que determinava o valor absoluto e intrínseco (ou seja, objetivo) de um bem “irredutível”, um insumo ou uma *commodity*. Da mesma maneira, como implicação deste fato, era incapaz de explicar o porquê de um valor alterar-se no tempo. A raiz de toda esta problemática encontrava-se, segundo os marginalistas, numa percepção equivocada sobre a relação existente entre o valor de uso de uma mercadoria e o seu valor de troca¹⁷ (MYRDAL, 1984; DEANE, 1978). Era necessário abandonar, acreditava-se, uma abordagem que tratasse o valor como um atributo objetivo. Myrdal resume os novos termos da teoria do valor subjetivo, fundada na “análise marginal”:

A teoria da utilidade marginal conseguiu libertar a análise da formação dos preços das abstrações da teoria do custo-trabalho. Subjetivamente, todos os fatores de produção e todos os bens são postos em pé de igualdade. Sem hipóteses a respeito de diferentes tipos de fatores, de coeficientes de produção fixos e sem limitar arbitrariamente o campo de aplicação, ela tenta explicar uniformemente a sequência causal dos fenômenos econômicos por uma aplicação geral da ideia de margem, a qual os clássicos tinham usado apenas em sua teoria da renda. A nova teoria estuda a maneira pela qual a oferta e a procura dependem do preço. Essa relação pode ser estudada estatisticamente. (MYRDAL, 1984, p. 80)

Assim sendo, a utilidade de um bem é considerada o fator determinante de seu valor. Mais precisamente, o valor decorre de uma relação. Ele é fruto da utilidade de um bem confrontada com a sua escassez (ou raridade) (DEMEULENAERE, 2003). Este princípio verificar-se-á, como principal objeto de teoria, em Jevons e Menger, mas é Walras quem, por

¹⁶ Para detalhamento acerca da abordagem “clássica” do valor, ver DEANE, 1978, cap.2, “Adam Smith’s theory of value”, p. 19-28; cap. 5, “Ricardo on value, distribution and growth”, p. 60-70; e DEMEULENAERE, 2003, cap. I, 2: “La mesure de la valeur”, p. 78-83.

¹⁷ Esta relação segue uma controvérsia séculos à frente. O debate sobre a transformação de um valor em preço está muito longe de uma resolução consensual, ainda que a abordagem neoclássica tenha vingado no meio dos economistas.

meio da matemática, traduz os seus termos num esquema em que curvas de demanda e de oferta “sociais” determinam o ponto de equilíbrio geral de uma economia. Sobre Menger, Demeulenaere comenta:

Um bem abundante pode ser útil [...], mas ele somente teria algum valor caso se encontre em quantidade insuficiente para satisfazer a necessidade associada a ele. O valor de um bem não é, assim, próprio das coisas em si, que manifestam por meio dele um de seus atributos inerentes; ele decorre de uma confrontação entre indivíduos que buscam satisfazer suas necessidades e a escassez variável dos meios próprios para garantir uma determinada satisfação. (*Ibidem*, 2003, p.129, tradução minha)

A atitude econômica é definida, então, conforme já mencionado: a ação a partir do cálculo que maximiza as satisfações e minimiza os custos para obtê-las. Faz-se necessário, no entanto, um esclarecimento importante: a mensuração da utilidade não se dá em termos absolutos, mas relativos. Por conta disto, a crítica recorrente aos neoclássicos, de que utilidade ou desutilidade não são perfeitamente mensuráveis, é, para Myrdal (1984), fraca. A análise matemática é realizável já somente a partir da assunção de que os agentes sentem satisfações maiores ou menores associadas a diferentes cestas de bens ou, no caso dos empresários, fatores de produção:

A ideia de que a utilidade e a desutilidade são, em princípio, embora não na prática, mensuráveis, é desse modo baseada em certas generalizações psicológicas que se acreditavam ser de algum modo verificáveis. É, por isso, curioso que os marginalistas, em geral, não acreditem que utilidade e desutilidade possam jamais ser medidas diretamente. Jevons disse não acreditar que a medição “direta”, em termos de “unidades de prazer”, seja praticável. O que importa, argumentou ele, não são as magnitudes absolutas, porém as relativas porque só elas determinam o comportamento. (MYRDAL, 1984, p. 84)

Os diferentes graus de satisfação relativos a um consumo de um bem deixam evidente o sentido “subjetivista” da nova teoria do valor. Não se trata de uma exaltação da pluralidade de gostos, valores e interesses. Trata-se, somente, de dar um “significado hedonista” à relação entre oferta, demanda e preço; isto é, a evidência daquilo que é desejado ou útil estará descrita nos gráficos; seu valor não é intrínseco, mas circunstancial. (MYRDAL, 1984).

Tem-se aí a confirmação da razão positivista na teoria marginalista. Não importa, para a análise econômica, a natureza dos desejos ou a essência do valor. O que importa é que os desejos são dados e relatáveis formalmente. Esta abordagem consegue, pois, descrever a fisiologia dos fenômenos econômicos: “as quantidades [dos bens] variam de acordo com as

circunstâncias, o valor varia porque, em função desta evolução externa, o interesse pelos bens cresce ou decresce em intensidade” (DEMEULENAERE, 2003, p. 130). Este teor é verificável também em Walras, que acredita ser possível isolar um domínio da “Economia pura”, uma ciência aplicada que versa acerca da “vontade do homem sobre os fenômenos da produção” (*Ibidem*, 2003, p. 145). A manifestação última destas vontades num cenário de escassez é justamente a formação de preços, um processo tido como natural. Não é incomum, dado este entendimento, a afirmação de que a Economia é, então, a ciência da formação de preços. Seria por meio deles, destes sinais do mercado, que se verifica a relação entre as condições de produção (ou de escassez) de um bem ou serviço, e os desejos materiais dos homens.

Diz-se que a análise é “marginal” pois é fundada nas consequências das variações infinitesimais (“na margem”) dos fatores sobre o sentido dos fenômenos. O termo ganhou destaque a partir de um “princípio antropológico” intuitivo, gerante de uma contribuição que marcará toda a história do Programa de Pesquisa Neoclássico: a lei dos rendimentos marginais decrescentes, válida para, dentre outras variáveis, a utilidade. A ideia, bastante simples, é que a utilidade (a satisfação) associada ao consumo de um bem decresce à medida em que a quantidade consumida deste bem aumenta. Assim, a utilidade é cada vez menor para cada aumento infinitesimal no consumo. Em outros termos ainda, a utilidade marginal de um bem é sempre decrescente:

[...] Menger aponta, como exemplo, a satisfação da fome: ela, por meio de uma quantidade dada de comida, garante, em primeiro lugar, a vida, uma primeira satisfação da maior importância. Uma nova quantidade de comida ajuda, por sua vez, a manter a saúde preservada: nova satisfação, mas de menor importância. Trata-se, então, de um prazer “progressivamente mais fraco” aquele que é obtido. Este prazer, no entanto, logo desaparecerá, caso se continue a comer; a indiferença surgirá posteriormente, e, caso se continue ainda a comer, dará lugar ao sofrimento, já que ameaçará a saúde [...] (*Ibidem*, 2003, p. 131)

Desta proposição tem-se uma implicação fundamental. O decréscimo progressivo da utilidade frente ao aumento da quantidade de um bem é o princípio que Walras generalizará para, desta forma, estruturar um comportamento “social” ou “geral” dos fenômenos econômicos, um que diga respeito ao conjunto dos agentes de uma economia. Portanto, esta ideia, junto à dimensão otimizadora da ação, guarda íntima relação com o formato das curvas

de demanda, e, por conseguinte, de oferta, concebidas por este autor¹⁸. Quanto mais barato um bem, sendo útil ou não, maior o acesso a ele; quanto mais caro, menor o acesso. Mais do que isto, conforme aumenta a quantidade consumida de um bem, menor a quantidade de renda que os indivíduos tendem, em média, a pagar por ele. Estarão menos dispostos a pagar alto, dado o decréscimo da utilidade marginal. Disto isto, define-se o sentido de relação: a demanda diminui à medida que os preços aumentam, e vice-versa. Para além disto, no entanto, a lei dos rendimentos marginais decrescentes também terá determinado o formato em curva desta relação. Da intersecção das curvas, já se sabe, tem-se o ponto de equilíbrio, cuja otimalidade é garantida pelo sentido econômico de toda ação humana, fundada na racionalidade.

3.3- NÚCLEO RÍGIDO, “SEMI-NÚCLEO” E HEURÍSTICA

É Marc Lavoie (1991), em seu didático artigo, um dos autores que procurou delinear o núcleo rígido do Programa de Pesquisa Neoclássico. Trata-se, conforme ele mesmo diz, de um empreendimento “bastante simples e bastante ambicioso”. Não à toa: de pronto, o autor menciona as dificuldades em determinar-se as “características fundamentais” deste programa, dada a complexidade em demarcar-se o seu limite. Todavia, defende que, embora os escritos marginalistas tenham inspirado, no século XX, uma gama de matizes analíticas, seja possível identificar nelas um fundamento geral. Não somente isto, o autor também aborda o conceito de “semi núcleo” (*demi-noyau*), proposto por Remenyi (1979 *apud* LAVOIE, 1991). Enfim, propõe-se que o programa é divisível em dois: o “ramo do equilíbrio geral” e o “ramo do equilíbrio parcial e da macroeconomia”, cada qual com objetivos distintos:

O primeiro ramo serve de caução científico ao segundo. A Teoria do Equilíbrio Geral fornece os fundamentos rigorosos ao programa de pesquisa neoclássico, a partir de construções axiomáticas. As teorias macroeconômica e do equilíbrio parcial fornecem os domínios onde a economia neoclássica logra exprimir-se sobre as questões concretas. Sua função é tornar aplicável a Teoria do Equilíbrio Geral. Os dois ramos não são independentes um do outro. (LAVOIE, 1991, p. 53, tradução minha)

Ainda segundo o autor, não é correto questionar a “pertinência empírica” da Teoria do Equilíbrio Geral, dado que ela não foi concebida para apresentar este atributo. Os trabalhos empíricos dizem respeito ao ramo do equilíbrio parcial, não ao do equilíbrio geral, que não foi feito para ser testado, mas que, ainda assim, serve de alicerce teórico ao outro ramo. Por fim,

¹⁸ Para detalhamento, ver DEMEULENAERE, 2033, cap. II.3, “La construction de Walras”, p.144-155

Lavoie assume, como Weintraub (1985, *apud* LAVOIE, 1991), que a Teoria do Equilíbrio Geral contém o núcleo duro do programa de pesquisa, enquanto as teorias de equilíbrio parcial constituem o seu cinturão protetor deste núcleo.

Segue-se que “cada uma das teorias do cinturão protetor, segundo Weintraub, apresenta suas próprias proposições metafísicas e suas regras de conduta” (LAVOIE, 1991, p. 54), o que Remenyi (1979, *apud* LAVOIE, 1991) chamou de “semi-núcleo” (*demi-noyau*). Lavoie, no entanto, propõe ser identificável um “semi-núcleo” comum a todas estas teorias. Há, portanto, o núcleo duro, em torno do qual gravita a Teoria do Equilíbrio Geral, e um outro o semi-núcleo, que exerce também sua atração sobre “a versão vulgar da teoria neoclássica”, as teorias contidas no cinturão protetor.

A proposta de Lavoie, de definição do núcleo duro, decorre de sua leitura de Weintraub. Em sua enumeração dos componentes nucleares, identifica: **I**) os agentes possuem dotações fixas; **II**) existem diferentes arranjos produtivos (cestas de fatores), cujo conjunto delimita, para uma firma, uma fronteira de possibilidades de produção; **III**) os agentes têm preferências ordenadas; **IV**) os agentes são racionais; **V**) os agentes agem independentemente uns dos outros; **VI**) o conhecimento (ou a informação) é perfeito e correto; **VII**) há mecanismos que garantem a coordenação das decisões (LAVOIE, 1991, p.55). A maioria destas hipóteses são apresentadas na maioria dos manuais de economia, e são a partir delas que as abordagens de equilíbrio parcial têm sua origem.

Chama-se a atenção para as hipóteses “iv”, “v”, “vi” e “vii”. A racionalidade dos agentes é entendida nos moldes que já foram enunciados: indivíduos que, em cenário de restrição (ou seja, onde os “recursos são escassos”), agem de modo a maximizar a sua utilidade de forma a otimizar sua vida material. Esta hipótese é basilar do núcleo duro, ao passo que sua força é complementada por hipóteses subsidiárias. A hipótese sobre a independência dos agentes indica tão somente que os agentes, antes de tudo “olham para si e nada mais” ao tomar suas decisões. Disto decorre que não pode haver comportamento de massas, o que configura o fato de a realidade social ser a soma da vida de suas células em si mesma. Quanto ao conhecimento, diz-se que é dado pelo cenário de restrição. Admite-se que os agentes estão inteirados de todos aqueles fatos necessários para que possam solucionar o seu “cálculo entre os prazeres e as dores” da maneira mais benfazeja possível, isto é, ótima. A

última hipótese tem sua representação no “ponto de equilíbrio”, que manifesta a realização do mercado enquanto uma ordem racional.

À vista disto, Lavoie define também as regras de conduta dos economistas neoclássicos frente ao núcleo duro. O autor denomina estas regras somente de “heurística”, mas vê-se que subentendido ao que propõe está o conceito lakatosiano de “heurística negativa”; ou seja, o conjunto de condutas que assuma o núcleo rígido por “infalséavel”, não importando as circunstâncias, as “anomalias”, com as quais se depare a Ciência. Elenca-se, assim: **1)** demonstrar a existência do equilíbrio; **2)** demonstrar a unicidade do equilíbrio; **3)** demonstrar a estabilidade do equilíbrio; **4)** demonstrar a otimicidade do equilíbrio; **5)** definir as hipóteses que permitam a realização de 1,2,3 e 4; **6)** conceber o modelo, mesmo se suas condições soem irrealistas; **7)** tomar sempre por referência o equilíbrio walrasiano, ainda que sua unicidade não seja efetivamente verificável; **8)** interpretar o “mundo real” a partir do modelo de equilíbrio geral completo; **9)** omitir ou substituir alguma hipótese de 4 a fim de introduzir um grau maior de realismo (LAVOIE, 1991, p.57).

Lavoie, no entanto, aponta que esta heurística deve ser entendida como uma conduta, “média”, ou seja, esperada. É possível mencionar, quanto a isto, por exemplo, as contribuições de Arrow e Debreu (GANEM, 1996), notórios neoclássicos que não exatamente se preocupam com as questões de unicidade e estabilidade do equilíbrio. Ainda assim, esta conduta, que evidencia o método axiomático e matemático inspirado nas exigências da Física Clássica, faz-se valer como tentativa de justificar-se a interpretação do mundo por meio do Equilíbrio Geral; subordina-se, assim, o realismo, a um “irrealismo patente” (LAVOIE, 1991) que prescinde de evidência empírica.

Este aspecto, o da “pertinência empírica” neoclássica, é verificado no cinturão protetor do programa de pesquisa, aquele conjunto de teorias e hipóteses auxiliares que visam proteger e garantir a robustez do núcleo duro. Conforme já proposto, Lavoie identifica um semi-núcleo a estas teorias, ou seja, fundamentos recorrentes em todas elas no cumprimento de seu objetivo, mas que não compõem o núcleo rígido. Ainda assim, diversos deles são implicações diretas dos componentes desse núcleo. São eles: **i)** a possibilidade de substituição nas escolhas dos agentes; **ii)** as possibilidades de substituição das técnicas produtivas; **iii)** a lei de rendimentos marginais decrescentes vale à medida que a taxa marginal de substituição

“evolua de maneira contínua”; **iv)** os agentes maximizam sua utilidade ou seu lucro; **v)** há sempre mercados para cada insumo e produto final; **vi)** o ponto de equilíbrio é sempre a intersecção entre as curvas de demanda e de oferta; **vii)** o preço é sempre a variável primeira de ajuste do equilíbrio; **viii)** o equilíbrio é sempre o mais ótimo possível (há brechas para imperfeições de mercado e rigidez de alguma variável, **ix)** se a informação não é perfeita, é possível analisar o caso a partir de um modelo probabilístico de risco (*idem*, 1991). Há uma implicação forte que decorre destes fundamentos, aliados àqueles do núcleo rígido:

O equilíbrio deve resultar de forças do mercado. Essas forças existem, qualquer que seja o assunto considerado; [...]. Não se pode conceber um processo econômico fora do mercado. [...] [pois] tudo tem um preço. São os preços que devem necessariamente constituir a variável de ajuste. Quando não é o caso (quando o ajuste se dá nas quantidades), a desordem instaura-se: há ineficiência, a subutilização dos recursos, desperdício, equilíbrios múltiplos. Quando há rigidez ou falhas de mercado, o equilíbrio atingido é menos ótimo em relação ao equilíbrio walrasiano. (LAVOIE, 1991, p. 59, tradução minha)

Novamente, reconhecendo a vasta variedade das teorias que compõem o cinturão protetor, Lavoie define uma “heurística”; apesar de não o dizer, trata-se aqui da “heurística positiva” a que se referiu Lakatos, aquela que justamente orientará a metamorfose da proteção do núcleo. O conjunto de regras de conduta que se faz valer a partir da influência do “semi-núcleo” é: **1)** o modelo walrasiano de equilíbrio geral representa o mundo idealizado, mas deve ser o modelo de referência; **2)** admitir que Teoria do Equilíbrio Geral é capaz de demonstrar a existência de um equilíbrio único, estável e ótimo sob certas circunstâncias; **3)** justificar simplificações de modelos a partir da Teoria do Equilíbrio Geral; **4)** admitir que estas simplificações são passíveis de uma evolução que tende ao Equilíbrio Geral e às circunstâncias em 2; **5)** admitir que os resultados obtidos de um modelo simplificado não seriam atingíveis por um modelo mais complexo (eles são estritos); **6)** adotar a Teoria do Equilíbrio Geral como plano referencial, mas integrar aos elementos do núcleo rígido aos do semi-núcleo; **7)** afirmar a razoabilidade das hipóteses sobre racionalidade e informação perfeita; **8)** introduzir às análises as instituições, mas considera-las como falhas de mercado; **9)** excluir do campo científico tudo o que não possa ser formalizado, escrito por um modelo; **10)** buscar um equilíbrio estacionário ou que tende a ele.

Estas regras são menos evidentes devido à diversidade contida no cinturão protetor. Elas, no entanto, fazem sentir-se nos formuladores de modelo, para além de suas diferenças;

isto é, ainda que suas teses não objetivem os mesmos fins ou, ainda, a mesma agenda de políticas públicas. É possível citar, como exemplo, os novos-clássicos e os novos-keynesianos como pertencentes ao mesmo programa de pesquisa. Enfim, o que se nota de mais relevante a partir dessa última heurística é, em primeiro lugar, a hierarquia estabelecida entre as teorias do cinturão protetor e a teoria do equilíbrio geral; em segundo lugar, a afirmação dos critérios de cientificidade eminentemente “Modernos” do programa de pesquisa.

Descritos, então, os elementos do programa de pesquisa, bem como as heurísticas a eles associadas, Lavoie identifica aquilo que chama de “pressupostos neoclássicos”. Trata-se de uma tentativa de caracterizar o “essencial” do programa em questão, o seu “ambiente metafísico”, “anterior ao nascimento dos núcleos formais” (LAVOIE. 1991, p. 67, tradução minha).

O primeiro dos pressupostos, mais evidente, é a “epistemologia instrumentalista”. Ela é verificável não só pelos fundamentos da axiomática imbuídos no método neoclássico, mas também pela própria crença de que a “previsibilidade” e, assim, a formalização, são os atributos que tornam a Economia uma ciência, que, ao espelho da Física, deve ser aplicada. O segundo pressuposto, o “individualismo metodológico”, evidencia-se na atomística que estrutura os indivíduos como células de um todo, subordinado, então, ao choque e à competição das preferências particulares, cujos moldes nortearão os rumos das análises. O terceiro pressuposto é uma “economia de trocas sob escassez”. A formação de preços e, portanto, a previsibilidade dos fenômenos, só é possível no campo da confrontação das preferências e desejos individuais com as condições materiais de produção daquilo que é desejado. É por meio dele que o teor subjetivo do valor se manifesta e deixa claro o que é “útil”. Por fim, o último, mas não menos importante, pressuposto é a “racionalidade ilimitada”, entendida como uma lei natural do comportamento humano. Em sendo assim, é ela que constituirá o elo entre os outros pressupostos e definirá o sentido de uma ação *econômica*: uma que, em cenário de escassez e restrição, elege os meios adequados para maximizar-se os “prazeres” ao custo das menores “dores” possíveis. A otimalidade destas ações garante a realização do mercado enquanto ordem racional, traduzida no seu ponto de equilíbrio.

3.4- A METODOLOGIA DA ECONOMIA POSITIVA

No início dos chamados “Anos Dourados” do Capitalismo, durante o auge do domínio keynesiano como manual de políticas governamentais, tornou-se célebre a empreitada de Milton Friedman em revigorar os termos do ideário liberal no debate público. Seu livro “*Essays in Positive Economics*”, publicado primeiramente em 1953, contém um ensaio, “*The Methodology of Positive Economics*” que até hoje constitui uma grande referência no que diz respeito aos critérios de cientificidade do Programa Neoclássico de Pesquisa. Trata-se, de modo geral, de uma reafirmação da Razão Positiva no interior da Ciência Econômica. Não se pretende aqui, todavia, esmiuçar as nuances do artigo de Friedman para associá-las ao que já foi descrito. A menção a este artigo pretende apenas realçar uma norma prática entre os economistas; uma que, sim, certamente é produto da imersão da Ciência Econômica na positividade.

A “economia positiva” é, segundo Friedman, “independente de qualquer posição ética ou juízo normativo” (FRIEDMAN, 1966). É, portanto, um empreendimento no campo do “dado”. O autor, no entanto, prefere outros termos; o recurso retórico já conhecido: descreve-a como aquilo “que é”, não “o que deveria ser”. Vê-se aí o entendimento da Ciência como atividade “neutra”, que apenas desvela aos homens as leis naturais do mundo. Até então, assim, não parece nada diferente daquele projeto, já detalhado anteriormente, que passou a existir a partir da “era da Positividade”. De fato, não é. Friedman, todavia, reforça um aspecto dele que é de fundamental importância:

Sua tarefa é fornecer um sistema de generalizações que possam ser usados para fazer previsões corretas acerca das consequências de qualquer mudança nas circunstâncias. Sua performance é avaliada pela precisão, fim e conformidade com a experiência das previsões realizadas. Resumidamente, a economia positiva é, ou pode ser, uma ciência “objetiva”, precisamente no mesmo sentido em que o são as ciências físicas. (FRIEDMAN, 1966, p.4, tradução minha)

Fazer previsões seria, então, o objetivo final (“*the ultimate goal*”) de toda ciência positiva; é esta a tônica que permeará toda a conduta do Programa de Pesquisa Neoclássico. A formalização de modelos capazes de evidenciar o que ainda não aconteceu, as consequências de fenômenos iminentes, constitui “relevância analítica” (*Ibidem*, 1966). Em outras palavras, a capacidade de formular trajetórias permitirá avaliar a qualidade de uma teoria, que pode ser testada, como num teste hipótese, a partir da coleta de “evidências empíricas”.

Essa proposição forte sobrepõe-se, segundo Friedman, ao grau de realismo dos pressupostos teóricos. Isto significa que, na concepção do autor, a relevância analítica é um atributo verificável mesmo sem qualquer realismo por parte dos pressupostos, o que faz com que ela deva sempre prevalecer como parâmetro qualitativo de uma teoria. Admite-se, inclusive, que existe, de modo geral, uma relação inversa entre o realismo dos pressupostos teóricos e a capacidade preditiva da teoria.

Verificar-se-á que hipóteses realmente importantes e relevantes apresentam “pressupostos” que são representações demasiado imprecisas da realidade, e que, neste sentido, de maneira geral, quanto mais relevante uma teoria, mais irrealistas são os seus pressupostos. A razão para isto é simples. Uma hipótese é relevante se “explica” o muito pelo pouco, isto é, se ela condensa os elementos comuns e cruciais da massa de circunstâncias complexas em torno dos fenômenos a serem explicados [...]. Para ser relevante, então, uma hipótese deve ser descritivamente falsa no que diz respeito aos seus pressupostos [...]. (FRIEDMAN, 1966, p.14, tradução minha)

Há, portanto, entre os críticos, segundo Friedman, uma confusão entre o realismo descritivo dos pressupostos e a relevância analítica de uma teoria. Esta confusão, ainda segundo o autor, acaba por levar a crítica em teoria econômica a lugares que não têm nenhuma relevância, além de ofuscar os caminhos devidos para o efetivo aprimoramento das teorias. Enfim, no que diz respeito às proposições do autor neste artigo, o “resumo da ópera” poderia ser assim descrito: [*when it comes to Economics*,] não importa o irrealismo dos pressupostos de uma teoria, mas sim a capacidade dela de prever fenômenos, descrever formalmente o que ainda não aconteceu.

CAPÍTULO IV- PROBLEMÁTICAS E APONTAMENTOS POR UMA OUTRA EPISTEMOLOGIA

“A realidade é crescimento global e indiviso, invenção gradual, duração: como um balão elástico que se dilatasse pouco a pouco assumindo a cada instante formas inesperadas”, Henri Bergson

4.1- RAZÃO INSTRUMENTAL E PODER

Procurou-se até agora delimitar o Programa de Pesquisa Neoclássico, de forma a apresentá-lo como o mais bem acabado produto da Racionalidade Moderna na Ciência Econômica. Viu-se que esta racionalidade consolidou a Positividade entre os saberes, e a Economia, imersa na episteme Moderna, no conjunto de regularidades discursivas que constituem um saber, científico ou não, numa determinada época, não esteve isenta disto. Sustentando a razão positiva está o fundamento epistemológico da objetividade, concebido a partir da determinação de condições “em geral” do conhecimento que fornecessem os termos de uma inteligibilidade científica universal (GANEM, 2003); esta que procurou livrar a ciência de toda ordem metafísica, que separou os domínios da “Razão e do Coração”, que levou ao “desencantamento do mundo” ao negar a sua potência mítica na explicação, restrita ao “mundo dos fenômenos”, das “leis naturais” do universo-relógio (autômato) (ADORNO; HORKHEIMER, 2015; PRIGOGINE; STENGERS, 1986; JAPIASSU, 1985; *Idem*, 1978). Disto decorre o discurso comumente evocado pelos cientistas de que o seu empreendimento é “neutro”; isto é, livre de valores, e de ideologias; restrito à descrição do que “se é”, como exemplificado, no caso da Ciência Econômica, pelo enfático artigo de Friedman (1966).

Todavia, viu-se também que a própria alegação deste discurso é, em si, a evidência de uma adesão axiológica, posto que ele apresenta estritas condições de determinação que deram força a seus fundamentos. O resultado disto não pode ser outro que uma fetichização da Ciência (JAPIASSU, 1985), a que se pode chamar científicismo. A partir daí, o empreendimento científico passa a ser objeto de crença e organização de poder:

“O resultado é a ideologia tecnocrática dotando os saberes científicos de uma força mágica onipotente, com a consequente irresponsabilidade social dos tecnocientistas: seriam agentes produtores, na organização social do trabalho, como se as produções

científicas tivessem um devir intrínseco, competindo apenas ao poder político o bom ou o mau uso de suas manipulações”. (JAPIASSU, 1985, p. 185)

Ignora-se, assim, a concreticidade das situações históricas, dos homens que as constituem. Resume-se toda démarche científica a uma história derivada da “natureza das coisas”, completamente cega àquilo que tratam por “assuntos humanos”, alienígenas ao mundo. Ao longo dessa evolução, a qual nada mais é do que o aprimoramento da desvelação das “leis naturais”, o instrumentalismo é entendido, assim, como necessidade única, espontânea, do empreendimento científico. Naturaliza-se, então, aquilo que é criado, o que constituirá retoricamente um poderoso recurso de blindagem a toda crítica desde além da razão positiva¹⁹. Conforme apontam Adorno e Horkheimer, mergulha-se, deste modo, numa ofuscação estéril:

Com o abandono do pensamento – que, em sua figura coisificada como matemática, máquina, organização, se vinga dos homens dele esquecidos –, o esclarecimento abdicou de sua própria realização. Ao disciplinar tudo o que é único e individual, ele permitiu que o todo não compreendido se voltasse, enquanto dominação das coisas, contra o ser e a consciência dos homens. [...] O mítico respeito científico dos povos pelo dado, que eles, no entanto, estão continuamente a criar, acaba por se tornar ele próprio um fato positivo, a fortaleza diante da qual a imaginação revolucionária se envergonha de si mesma como utopismo e degenera numa confiança dócil na tendência objetiva da história. (ADORNO; HORKHEIMER, 2015, p.44)

Na Ciência Econômica, por exemplo, o programa de pesquisa vigente, conforme se apontou, exclui do próprio campo científico toda análise que não seja matemática. Entende-se que a formalização preditiva não é uma das formas que o empreendimento científico assume: “*it is the only way... everything else is just pictures and talk*”. Ainda que, como aponta Possas (1997), o *mainstream*, dedique-se cada vez mais à incorporação teórica de elementos que escapam ao cenário do Equilíbrio Geral, Lavoie (1991) destaca que estes elementos devem converter-se à maneira do instrumentalismo, e, portanto, ser matematicamente formalizáveis a fim de obter-se previsões sobre a trajetória dos fenômenos. Conforme apontam Adorno e Horkheimer (2015, p.19), “aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão: o positivismo moderno remete-o para a literatura”.

¹⁹ Herbert Marcuse, junto aos outros teóricos de Frankfurt aqui citados, também trata desta problemática, embora em outros termos. Não à toa, num dos seus livros mais célebres, o primeiro capítulo intitula-se “A paralisia da crítica: Sociedade sem oposição”. A leitura de MARCUSE complementa-se perfeitamente à abordagem de Adorno e Horkheimer. Ver, assim, MARCUSE, 1966.

A Ciência Econômica torna-se, assim, sob a hegemonia de um programa positivista, unidimensional: concebível apenas dentro do Programa Neoclássico de Pesquisa. O “saber econômico” passa, então, a ser transmitido dogmaticamente. Por conseguinte, o ideário do *laissez-faire* passa a ser vendido como o único capaz de decifrar a vida material ontologicamente. O receituário liberal passa a funcionar, assim, como a própria e supostamente uma Ciência, não como mera “escola de pensamento”. Ao sujeito que proponha qualquer resolução que escape a este ideário ou aos critérios de verdade neoclássicos, dir-se-á que “não sabe Economia”. Esta resposta não é nada trivial. Ela guarda subentendida a razão positiva, mas é ela-mesma evidência e alimento da relação desta razão com o poder. É por isto que o cientificismo é uma grande força anti-revolucionária, anti-transformadora, anti-criadora. Ele atinge não só a comunidade científica. Enraíza-se sobre o senso comum e sobre outras instâncias institucionais, de forma a legitimar a realização de determinados projetos políticos sob a alegação ilusória de que neles está contida a adequação perfeita à Verdade do mundo. Constitui-se, assim, um poderoso regime de verdades retroalimentado, por entre outros discursos, pelo discurso do Programa de Pesquisa Neoclássico. Numa clássica citação a Foucault²⁰:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela elege e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade caracteriza-se por cinco traços historicamente importantes: a "verdade" está centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, em que pese algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é o núcleo da

²⁰ As análises de Foucault e a dos teóricos de Frankfurt diferenciam-se num sem-número de aspectos. No entanto, identifica-se certa ressonância entre elas, na medida em que ambas identificam um modo de dominação configurado, em certa medida, pelo cientificismo. Esta é uma leitura possível. Os teóricos de Frankfurt, todavia, tratarão a razão instrumental como um componente ideológico, superestrutural, do modo de produção capitalista, de forma que ela configure uma perda de autonomia dos sujeitos; é uma espécie de dopagem que pasteuriza o “eu”. Foucault irá além. Sua crítica ao positivismo não se direciona a um modo de produção. Entende-se que o poder se organiza num plano maior que o da ideologia (ADORNO; HORKHEIMER, 2015; MARCUSE, 1966; FOUCAULT, 2014; *Idem*, 1979).

questão de todo um debate político e de todo um confronto social (as lutas "ideológicas"). (FOUCAULT, 1979, p.187-188, tradução minha)

É uma árdua tarefa detalhar as formas concretas assumidas pela aparelhagem político-econômica as quais evidenciem a influência parcial do discurso positivo do Programa Neoclássico de Pesquisa na oxigenação do poder. Ademais, isto está além dos propósitos deste trabalho. Exigiria um empreendimento arqueológico que, antes de tudo, apontasse como, tal qual a Medicina criou a divisão entre o “normal” e o “patológico”, a Economia, já como saber científico, criou a divisão entre o “racional” e o “irracional”. Esta dicotomia elementar permitirá, no âmbito discursivo, delimitar, tal qual na Medicina, o prognóstico “saudável”, “corretivo”, “disciplinar” para a vida material ou a *Volkswirtschaft*, cujos atributos ontológicos naturalizam-se e enrijecem-se, engessados pelas “leis dos homens”. Como já proposto, este engessamento manifestar-se-á não somente por meio de um movimento verticalizado, das instâncias institucionais para uma sociedade civil acuada.

Além disto, o advento da globalização financeira, das cadeias globais de valor e de um amplo setor mundial de serviços, que faz circular um grosso fluxo virtual de receitas e capitais com pouquíssimo capital tangível, criou um novo horizonte para essa análise, ainda estranho e nebuloso. Dentre os economistas mais “heterodoxos”, as análises conhecidas que tratam de alguma dominação por meio da razão instrumental positiva direcionam-se fundamentalmente à sociedade industrial, como é notório em Marcuse (1966). Enfim, o autor se contenta, nesta parte do capítulo, com a denúncia das problemáticas epistemológicas concernentes à dinâmica do poder que a positividade e a conseguinte razão instrumental impõem aos economistas: o cientificismo e a conseguinte unidimensionalização e engessamento da Ciência Econômica, por meio da criação do “racional”.

4.2- O DEMÔNIO DE LAPLACE E A HEURÍSTICA DA CLARIVIDÊNCIA

Foi Laplace quem concebeu um exercício mental que ilustra simbolicamente a “descrição dinâmica”, das trajetórias. Imaginou-se um demônio capaz de observar, num dado instante qualquer, todas as informações acerca da velocidade e da posição de todas as massas do Universo. Em posse disto, este demônio poderia deduzir toda e qualquer evolução do comportamento destas massas, em direção ao passado e ao futuro. Seu horizonte seria o próprio eterno, permeado pelas leis determinísticas (PRIGOGINE; STENGERS, 1986).

O sentido desta imagem, do Demônio de Laplace, não é trivial: “A questão do Demônio de Laplace não é a da possibilidade efetiva de uma previsão determinista do curso das coisas, é a questão de sua possibilidade como princípio” (*Idem*, 1986, p. 127, tradução minha). Quanto ao determinismo, portanto, entende-se que, embora a sua “pretensão profética” não seja efetivamente realizável, é ela quem orienta os trabalhos científicos; é ela quem determina os moldes de pesquisa e, como se viu, no caso explícito da Ciência Econômica a partir de Friedman (1966) e Lavoie (1991), determina os entornos do saber científico (*Ibidem*, 1986).

A possibilidade do determinismo está subentendida no que se poderia chamar “Heurística da Clarividência” entre os economistas. A Heurística da Clarividência é a “*tentativa na medida do possível*” (dentro de um determinado *limite*) de dar vida ao Demônio de Laplace. É a conduta que, ao conceber teoricamente a possibilidade ilustrada por ele, toma a clarividência como um referencial inteligível que determinará os critérios da cientificidade. É esta postura ela-mesma que deve ser criticada, como se proporá. Não a incapacidade de prever-se o comportamento dos fenômenos devido a limitações práticas. A própria possibilidade da clarividência, concebida teoricamente, caso determinadas circunstâncias fossem dadas, é um absurdo sem precedentes.

No mundo onde todo movimento é trajetória, parte-se da ideia de que a determinação de uma “condição inicial do movimento” é uma operação concebível. Congela-se o movimento como uma fotografia; a partir deste momento tudo está dado, nada se pode passar que faça outra imagem. As massas, então, sujeitas às leis da trajetória dinâmica, deslocam-se de modo a traçarem no espaço uma superposição de pontos estáticos, perfeitamente fotografáveis. A passagem do tempo é, deste modo, “uma cascata sólida”, entendida como um deslocamento de pontos de uma curva num plano de coordenadas; trata-se de um tempo espacializado. Por isto, o resumo do mundo ao movimento como trajetória anuncia o determinismo; o futuro está contido no presente, e este contém, por conseguinte, o passado, alinhados também em perfeita trajetória. Mas esta é uma falsa concepção da passagem do tempo; é, na verdade, negá-lo, conceber um lugar onde ele não existe, tentativa ilusória de expulsá-lo da vida (BERGSON, 2006; PRIGOGINE; STENGERS, 1986).

Faz-se do homem mero espectador dos fenômenos, manifestações de “leis naturais” acessíveis por meio de linguagem adequada, a matemática. Assim o é porque concebe-se a

toda matéria apenas atributos “espaçiotemporais”. Nada do que o homem faça produzirá um efeito que escape ao plano das coordenadas, o desenho do funcionamento rigoroso das engrenagens do Universo-autômato. Ocorrerá, somente, uma passagem a outro momento estático, antevisto pela continuidade da trajetória. A realidade torna-se um “rearranjo de partes que não fariam mais do que mudar de lugar” (BERGSON, 2006, p.109). Trata-se de um mundo cristalino, límpido e duro, independente de experimentações, entendidas como o mero acesso ao devir natural do domínio dos fenômenos. Neste mundo, a Ciência não dialoga com a Natureza, mas a relega a uma eternidade “abstrata” e “vazia” (BERGSON, 2006; PRIGOGINE; STENGERS, 1986). No entanto, “[...] se a ciência deve ser concebida como uma *démarche* da qual a cultura é parte integrante, [...] é preciso pôr fim ao reinado da abstração que resulta em petrificar o objeto em face a seu sujeito (PRIGOGINE; STENGERS, 1986, p.161, tradução minha)”.

A vida é permeada de tempo, e tudo que é vivente se move distante de qualquer equilíbrio. O “tempo real”, que pode ser vivido, não se realiza por uma continuidade espacial; ele escapa à matemática. Sua continuidade é pura duração, “evolução criadora”, uma mobilidade em que não se distingue divisão. A passagem do tempo, então, não constrói a eternidade, mas perturba-a como um sopro que tudo transforma, cria e destrói. Os processos que se desencadeiam do choque entre as matérias, do atrito do potencial criador e fabricante do homem frente à Natureza e a si mesmo, constituem uma força entrópica, que expande e dissipa a realidade sem qualquer ordem ou sentido que lhe seja inerente. À Natureza e aos homens impõe-se continuamente um devir inovador de modo que o *possível* do real não seja *limite* (BERGSON, 2006; PRIGOGINE; STENGERS, 1986), mas “*crescimento global e indiviso, invenção gradual, duração: como um balão elástico que se dilatasse pouco a pouco assumindo a cada instante formas inesperadas*” (BERGSON, 2006, p.109).

Se deixarmos de lado os sistemas fechados, submetidos a leis puramente matemáticas, que são isoláveis pelo fato de a duração não os atingir, se consideramos o conjunto da realidade concreta ou muito simplesmente o mundo da vida e, com mais forte razão o da consciência, descobrimos que há mais, e não menos, na possibilidade de cada um dos estados sucessivos do que em sua realidade. (*Ibidem*, 2005, p.114)

A realidade se desdobra incessantemente em algo novo. Os acontecimentos da Natureza e da vida dos homens são irreversíveis; “sua evolução tende a uma complexidade e a uma

diversidade crescentes” que não pressupõem o campo do eterno e do equilíbrio, pois o mundo não é homogêneo e estéril tal qual o das trajetórias. O “ideal da onisciência”, portanto, ou da clarividência, embutido na figura do Demônio de Laplace, não passa de uma abstração ilusória. A Ciência, por sua vez, também é criação; uma que, para além da experimentação conceitual num horizonte movente, para além de historicamente situada, configura-se como iniciativa, como força de uma ação transformadora da realidade (PRIGOGINE; STENGERS, 1986).

Por fim, no saber científico econômico, é comum falar-se em análises de “curto prazo” e “longo prazo”. Comumente, no entanto, estes termos estão associados ao tempo espacializado do plano das coordenadas. Mas a economia ontologicamente, a vida material, não escapa à complexidade. Há nisto, sim, uma “multiplicidade de tempos”, que se sucedem, no entanto, em duração, continuamente mas indivisivelmente, indecifráveis por coordenadas (*Idem*, 1986). Assim, a vida material, na duração de seu “tempo microscópico”, não é mais que uma estrutura dissipativa autopoietica. Isto pois desenvolve-se entropicamente, longe do equilíbrio, a partir de auto-organizações catalíticas de fluxos, sinais, matéria, trocas, com devir constantemente mutante, numa relação com um ambiente que lhes fornece energia. Autopoietica pois a própria estrutura dissipativa é capaz de gerar ela-mesma a sua própria energia, que será, então, dissipada novamente de modo a aumentar o grau de entropia do sistema num processo irreversível gerador de novas desordens. A reprodução da vida material enquanto pura duração nada mais é do que o campo infinito do possível, do inventável, da construção; este da realização dos desígnios humanos, do seu potencial criador e fabricante (*Idem*, 1986). Aos economistas, cabe reencantar-se com ele.

CONCLUSÃO

“... les sciences n’ont, en droit, pas d’autre limite que celle de la créativité humaine.”, Ilya Prigogine & Isabelle Stengers

A partir de toda a exposição, a conclusão primeira, que se faz mais evidente, diz respeito ao mito da neutralidade científica. Mostrou-se, embora, não como objetivo principal, como o próprio fundamento epistemológico que dá origem a este mito, a objetividade, possui condições de determinação bastante estritas. Disto decorre a incongruência que é conceber o empreendimento científico como “neutro”, livre de valores, ideologias, fruto da mais pura razão. Em sendo assim, tampouco a História das Ciências deve ser entendida como um progresso “neutro”, em que aprimoramentos se sobrepõem sobre erros ou imperfeições do passado de maneira a configurar-se uma aproximação gradativa e implacável ao esclarecimento.

O segundo ponto a ressaltar-se são as origens Modernas do Programa de Pesquisa Neoclássico. Na Revolução Marginalista, que deu origem a este programa, são verificáveis os elementos que permitem encampá-la no solo da episteme moderna. Viu-se como o contexto em questão, o da RCM, constituiu as condições de determinação que, ao fim e ao cabo, permitiram inserir-se a Ciência Econômica no domínio da positividade, ao atribuir-se-lhe os critérios de cientificidade newtonianos, os quais a tornaram, tal qual as outras ciências naturais da época, uma ciência das trajetórias.

Por fim, denunciou-se algumas implicações do instrumentalismo positivo contido no Programa de Pesquisa Neoclássico como problemáticas que fazem urgir a concepção de uma outra Epistemologia em Economia. Longe de propor uma solução já definida, o texto procurou apontar como a razão positiva coaduna-se com o poder, ao blindar o programa de pesquisa em questão de toda crítica externa a ele, visto que apela para um critério de cientificidade que faz da Ciência um empreendimento unidimensional, que só os neoclássicos sabem produzir. Viu-se que disto desencadeia-se uma confusão dos limites da própria Ciência com os do programa de pesquisa hegemônico, o qual passa a ser o único credenciado para definir as verdades do saber econômico. Ademais, procurou-se ressaltar a esterilidade de um empreendimento científico cujas iniciativas fundam-se num referencial idealista de

onisciência ou clarividência. Apontou-se como esta possibilidade enquanto princípio, incarnada no Demônio de Laplace, é tão somente uma abstração ilusória do mundo das trajetórias. Mesmo que se fosse possível observar o mundo tal qual o Demônio, nenhuma previsão acerca dos fenômenos seria possível, pois o tempo não se realiza espacialmente, como uma superposição de pontos estáticos de um plano de coordenadas. A passagem do tempo realiza-se enquanto duração, um movimento indiviso, que escapa à matemática e que a tudo transforma, incessantemente, de modo a configurar a todo instante novas organizações entrópicas, dissipativas, que, num processo irreversível, desfar-se-ão em outras tão logo surjam.

Enfim, são tortuosos e incertos os rumos da Ciência Econômica. A descoberta da complexidade, do mundo em sua constante metamorfose, ou da realidade que se expande em duração, cria um novo horizonte analítico, incerto, imprevisível, mas que guarda todo o potencial transformador dos homens e da própria Natureza. Faz-se necessária, então, não uma Ciência entrincheirada, que enxergue no tempo e no movimento espacializados trajetórias deterministas, a imagem do eterno fundado nas “leis naturais”. É preciso esconjurar o Demônio de Laplace. Procurar por uma nova síntese, que agregue diferentes saberes, diferentes disciplinas, novos conceitos, e que permita aos economistas pensar a sua ciência a partir da força que há na capacidade de agir sobre o mundo, de transformá-lo, de inventá-lo; enfim, na capacidade de criar. Afinal, *“les sciences n’ont, en droit, pas d’autre limite que celle de la créativité humaine”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- ARIDA, P. **A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica**. In: REGO, J. M.; GALA, P. (Org.). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: Ensaios sobre Metodologia em Economia*. 1. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 13-44.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BERGSON, H. **O Pensamento e o Movente**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BIANCHI, A. M. B. **A Pré-História da Economia, de Maquiavel a Adam Smith**. São Paulo: Hucitec, 1988. (Economia & Planejamento).
- DEANE, P. **The evolution of economic ideas**. 1. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1978.
- DEMEULENAERE, P. **Homo oeconomicus: Enquête sur la constitution d'un paradigme**. 1. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2003. (Quadrige).
- FONSECA, E. G. **Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico**. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 235-259, maio/ago. 1996.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Campo Teórico).
- _____, **Microfísica del Poder**. 2. ed. Madrid: La Piqueta, 1979. (Genealogía del Poder).
- FRIEDMAN, M. **The Methodology of Positive Economics**. In: FRIEDMAN, M. *Essays in positive economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.
- GANEM, A. **Teoria neoclássica: a face econômica da razão positiva**. In: CORAZZA, G. (Org.). *Métodos da Ciência Econômica*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 117-132.
- _____, **A teoria e o método no espelho da história**. In: CORAZZA, G. (Org.). *Métodos da Ciência Econômica*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 301-311.
- _____, **O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek: uma perspectiva crítico-filosófica**. In: FREITAS, F.; GANEM, A.; MALTA, M. M. (Org.). *Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p. 125-146.
- _____, **Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica**. *Economia Contemporânea*, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul./dez., 2000.
- _____, **Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível**. *Revista de Economia Política*, v. 16, n. 2, p. 105-122, abril/jun., 1996.
- JAPIASSU, H. **A Revolução Científica Moderna**. Rio de Janeiro: Imago, 1985.
- _____, **Nascimento e Morte das Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

- KOYRÉ, A. **Newtonian Studies**. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- LAVOIE, M. **Noyau, demi-noyau et heuristique du programme de recherche néo-classique**. *Économie Appliquée*, Paris, tome XLIV, n. 1, p. 51-69, janv./mars 1991.
- MARCUSE, H. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- MYRDAL, G. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).
- PIMENTEL, L. B. **O projeto de ciência moderna e os caminhos epistemológicos da economia: marginalismo e materialismo histórico dialético**. 2013. 123 f. Tese (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.
- POSSAS, M. **A cheia do “mainstream”:** comentários sobre os rumos da ciência econômica. *Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 13-58, jan./jun. 1997.
- PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **La nouvelle alliance, Métamorphose de la science**. 1. ed. Paris: Gallimard, 1986. (Folio/Essais).